

**ATA N.º 03/2018**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 26 de abril de 2018 -----

----- Aos 26 dias do mês de abril de 2018, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----

2 – Alteração por adaptação do PDM e do PU da Praia da Tocha / Correção material / Para conhecimento;-----

3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação do domínio Público da área de terreno total de 6.925m² dos caminhos e serventias públicas / Zona Industrial de Cantanhede;-----

4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de reconhecimento de Interesse Público Municipal da instalação agropecuária sita na Rua Nossa Senhora do Desterro, n.º 9, no lugar de Sepins / Carlos Daniel dos Santos Oliveira / Processo n.º 380/2018;

5 - Apreciação, discussão e votação da Declaração de Interesse Municipal na realização da Via Ciclável / Eurovelo I / Rota Costa Atlântica;-----

6 – Eleição de um representante das Juntas de Freguesia / Uniões de Freguesia do Concelho na Comissão Municipal de Proteção Civil;-----

7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licença Especial de Ruído e Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos / Desfile de Carnaval na Sanguinheira;-----

8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / 21.ª Concentração e Passeio de Minis;-----

9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Pedido de Utilização e emissão do respetivo Alvará / Processo n.º 934/2016 / Rua do Cemitério no lugar de Covões;-----

10 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Cedência e Utilização da estrutura de Apoio ao Parque de Merendas do Montinho, a celebrar entre o Município de Cantanhede, a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça e a Associação Cultural e Recreativa do Montinho;-----

11 - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia da Tocha para a exploração, gestão, dinamização e divulgação do Bar Concerto na Praia da Tocha;-----

12 - Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2017 e aplicação do resultado líquido do Exercício / da Relação dos bens patrimoniais do Município / do Relatório anual de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro;-----

13 - Apreciação, discussão e votação do I Relatório Semestral de Saneamento Financeiro do ano de 2018 do Município de Cantanhede;-----

14 – Apreciação, discussão e votação da proposta da nomeação da Empresa Auren Auditores & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. como auditora externa, responsável pela certificação legal das contas do Município de Cantanhede, no período compreendido entre 1 de maio de 2018 e 30 de abril de 2022;-

15 – Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal em sua sessão de 18/12/2017 / Fevereiro e março 2018 / Para conhecimento;-----

16 - Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2018;-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, saudou todos os presentes e, de seguida, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e pedidos de substituição, tendo justificado as faltas da Sr.ª Maria Manuel de Oliveira Fael Gonçalves de Matos, do Sr. Carlos Alberto Gonçalves Ventura, da Sr.ª Maria da Conceição Gonçalves Marques Alegre de Sá, todos por motivos profissionais e da Sr.ª Andreia Carolina Ferreira dos Santos Miranda Domingues por motivos de saúde, conforme documentos apresentados. Pedido de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã pelo seu Tesoureiro, Luís Miguel Caetano Malva. Faltou ainda o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sepins e Bolho, Luís António dos Santos Arromba, falta também ela justificada.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 02/2018, da sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2018. Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 2/2018, a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 27 de fevereiro 2018 a 26 de abril de 2018, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- De seguida deu início ao período Antes da Ordem do Dia, dando a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que será submetido à próxima Reunião de Câmara um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Santos, do seguinte teor: "O *médico*

Fernando Santos faleceu na passada quarta-feira, dia 18 de abril, aos 88 anos. Fernando Rodrigues dos Santos nasceu a 2 de dezembro de 1929, na pequena cidade brasileira de Pinheiro, no Estado do Maranhão, onde o pai, oriundo de Covões, era responsável por uma das herdades de um tio. Veio para Cantanhede muito cedo e aqui fixou residência. Estudou Medicina em Coimbra, tendo terminado o curso em 1953, ano em que começou a exercer a profissão na freguesia de Febres. Durante mais de 60 anos, exerceu medicina quase exclusivamente no Concelho de Cantanhede – esteve fora apenas dois anos e meio como clínico militar. Foi médico de várias gerações de gandareses, numa vida dedicada, sem renúncias, à sua região da Gândara, e assumiu vários cargos relacionados com a sua profissão, entre os quais diretor do Hospital Distrital de Cantanhede durante várias décadas, Presidente da Assembleia Geral da Ordem dos Médicos do Distrito de Coimbra, Diretor Interino de um Hospital Militar nas guerras coloniais, dirigente da Extensão de Saúde de Febres, chefe dos cuidados personalizados do Centro de Saúde de Cantanhede e médico desportivo. Depois da Revolução do 25 de Abril teve assinalável intervenção cívica e política e desempenhou o cargo de Vereador da Câmara Municipal. Habitou durante muitos anos a casa onde Carlos de Oliveira escreveu parte da sua obra, privou de perto com o escritor de “Uma Abelha na Chuva”, de quem falava com particular emoção “pelo exemplo no rigor e arte da escrita, mas também pela forma exemplar com que cantou esta nossa (sub)região da Gândara”. O médico Cândido Ferreira assinala essa ligação reconhecendo ao Dr. Fernando Santos, sob o pseudónimo de Ferro Santos “um hábil manejo da palavra falada”, “uma cultura profunda, uma imaginação prodigiosa e uma sensibilidade à altura do seu desempenho profissional, oferecendo-nos algumas das mais saborosas e brilhantes páginas que os médicos portugueses nos legaram.” Cândido Ferreira, 2006 (Histórias da Arca do Velho). O Dr.

Cidalino Madaleno, por seu lado, refere-se à veia literária do Dr. Fernando Santos caracterizando-o como “psicólogo arguto, contando com a experiência de mais de meio século no exercício do sacerdócio médico – atividade que lhe permitiu ser espectador privilegiado das grandezas exteriores e das misérias interiores – Ferro Santos escreve a Gândara profunda com a mesma naturalidade com que respira.” Cidalino Madaleno (prefácio de Pedras Bárbaras). A obra de Ferro Santos é constituída por vários livros, entre os quais “Contos do meu rosário” - Febres - Gira Sol, 2003; “Diversos versos e anversos” - Cantanhede - Lions Clube de Cantanhede, 2004; “Histórias da arca do velho” - Febres - Gira Sol, 2006; “Vinte e dois contos de reis” - Febres; Gira Sol, 2008; “Pedras Bárbaras” - Febres - Gira Sol, 2011; “Parece” - Febres - 2012; “Contos a Descoberto” - Febres, 2015. Quem teve o privilégio de conhecer o Dr. Fernando Santos no exercício da sua atividade profissional e intelectual, reconhece-lhe a irrepreensível conduta, sempre com grande profissionalismo, elevação, dignidade e respeito pelos valores democráticos, tendo-se destacado ainda por uma intervenção cívica, política e cultural particularmente ativa. Perante a fatalidade do falecimento do Senhor Dr. Fernando Santos, determino a apresentação, no imediato, à sua família de um sentido e respeitoso Voto de Pesar, invocando para o efeito o valor da sua atividade profissional como médico e da sua intervenção cívica, cultural, social e política, bem como pela perda que o seu falecimento representa para o universo literário e intelectual do concelho de Cantanhede. O presente despacho deverá ser objeto de ratificação na próxima reunião da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

-----Tomou a palavra o Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou terem chegado à Mesa

quatro documentos das várias Bancadas, 1 Voto de Pesar e 3 Moções. De seguida informou que a primeira Moção apresentada pela Bancada da CDU tem por título "*Transferências de competências para os Municípios*". Colocada a votação a aceitação da mesma para apreciação, discussão e votação da Assembleia, foi a mesma aceite por unanimidade. Relativamente à segunda Moção, também da Bancada da também da CDU, informou que tem por título "*Por ocasião do 44.º aniversário da Revolução de Abril*." Colocada a presente Moção a votação para aceitação da mesma para apreciação, discussão e votação da Assembleia, foi também aceite por unanimidade. Informou ainda que a Bancada do PSD, apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Santos. Colocado a votação a aceitação do mesmo para apreciação, discussão e votação da Assembleia, foi o mesmo aceite por unanimidade. Finalmente informou que a Bancada do PS apresentou uma moção com o título "*Repúdio pelas descargas a céu aberto da Estação Elevatória das Cochadas*." Colocada a votação a aceitação da mesma para apreciação, discussão e votação da Assembleia, foi a mesma aceite por unanimidade.-----

-----Deu, de seguida, a palavra ao representante da Bancada da CDU, Sr. Carlos Negrão, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão procedeu à leitura da Moção sobre "Transferência de competências para os Municípios", do seguinte teor: "*Sob a capa da municipalização dos serviços públicos e com recurso ao abastardamento da ideia de descentralização, o governo preparou um extenso pacote de transferências de competências da Administração Central para as autarquias locais - definir a natureza, o âmbito e os níveis de atendimento de cada um dos serviços a que essas transferências respeitam, planear os equipamentos e infraestruturas necessárias e, nalguns casos até, determinar os recursos humanos especializados*



necessários são áreas em que as competências se mantêm centralizadas. O processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a descentralização, configura, em geral, a mera desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira. Aliás, a inexistência de autarquias de nível intermédio, as regiões administrativas, que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constituem um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver. Escondida sob o canto da sereia do alargamento de poderes e competências das autarquias, a mesma afirmação permanece, em todas as situações e do processo não pode resultar aumento da despesa pública. O que significa que a transferência de competências não vai ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, longe de visar uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, consistirá, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado. Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras de autonomia e de organização) para o seu pleno exercido, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que

lhes foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais, exigem ainda a reposição das freguesias. A experiência de décadas em que mais que transferências de competências se transferiram em encargos, obriga a avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a afixação do volume de recursos necessários e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro. Face aos projetos de diplomas do governo que visam transferir competências para as autarquias locais, a Assembleia Municipal de Cantanhede reunida a 26 de abril de 2018 delibera: 1 - Reclamar uma descentralização efetiva, condição essencial para o desenvolvimento local e regional., que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações. 2 - Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias. 3 - Rejeitar a transferência de competências que, subordinando a satisfação de legítimos direitos e justas expectativas das populações às contingências e desigualdades inerentes aos diversos graus e características do desenvolvimento local, prejudique a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos. 4 - Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências de mera execução (física e financeira) mantendo o poder de decisão, em última instância, no Governo e na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local. 5 - Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da



dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, considerou que a descentralização tem um aspeto positivo, contudo, devem ser salvaguardadas as questões financeiras. Considerou também positiva, a forma faseada com que a descentralização irá ser feita e não de uma vez para todos os municípios como inicialmente estava pensado. Acrescentou que, até 2021, toda a descentralização terá que se fazer, mas cada Município terá de analisar de forma exaustiva a situação real em que está. Acrescentou ainda que o Executivo já está a trabalhar sobre o assunto, tendo já no anterior mandato relativamente à questão das escolas, sido feito um levantamento exaustivo da situação das escolas C+S e das Secundárias, relativamente ao estado em que se encontravam os edifícios e do que seria necessário investir, e na altura, a transferência pretendida não foi aceite. Afirmou parecer-lhe que há pessoal nas áreas da saúde, da educação, da solidariedade e das estradas, que irão transitar para os Municípios, nomeadamente, assistentes operacionais, que trarão um aumento de custos substanciais para os Municípios. Acrescentou que esses funcionários continuarão a desempenhar suas funções nas escolas, nos hospitais ou nos centros de saúde, contudo, se passam a ser funcionários do Município, o próprio Município irá ter um aumento exponencial de pessoas pelo que, deve ser repensado por completo o que está em causa. Informou ainda que existirá uma segunda fase, que não lhe parece de menor importância, pois depois de ocorrer a descentralização, questiona-se sobre o papel das comunidades intermunicipais e das CCDR's, uma vez que na proposta feita, há áreas que vão ser trabalhadas pelas CIM, que começam a ter uma importância cada vez maior. Todos sabem que é uma situação delicada que tem sido

falada ao nível da ANMP. Sendo a descentralização que está em causa, considera que todos devem ser bastante ponderados e cuidadosos com as transferências financeiras que vão ser feitas para os Municípios. Voltou a referir que o trabalho tem de ser imediato e exaustivo, quer nas Escolas, quer nas extensões de saúde, quer nos centros de saúde, para ver o que está em causa do ponto de vista das instalações que vão ter de ser em muitos casos alteradas e corrigidas, mas também do ponto de vista dos custos do pessoal.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que, quando foi membro do Conselho Diretivo da ANMP na anterior legislatura, a transferência de competências, ou no fundo, a descentralização, começou a ser discutida mais ou menos a meio do mandato. Recordou ainda que também se falou simplesmente em regionalização, constitucionalmente consagrada, existindo 5 regiões no país, estando Cantanhede incluído na CCDR do Centro, para além das do norte, Lisboa, Vale do Tejo, sul e Algarve. Recordou também que já houve uma experiência piloto de regionalização no Algarve onde existe apenas uma CIM para todos os seus municípios e uma Região de Coordenação, mas nada aconteceu. Esclareceu que em todos os partidos políticos há pessoas com opiniões divergentes, há quem defenda a regionalização e há quem seja contra. Há quem defenda um sistema onde tenha de haver algum equilíbrio e quando se fala em regionalização, fala-se em descentralização. Acrescentou que há 308 municípios e atualmente existem as Comunidades Intermunicipais, sendo que a CIM – Região de Coimbra é a maior do país, com 19 municípios. Por sua vez, existem as Comissões de Coordenação que desempenham, há muitos anos, as suas funções, de entre as quais, se destacam as questões da gestão dos fundos comunitários, como o “Mais Centro” que é gerido pela Presidente da Comissão de Coordenação. Considerou ainda que, para modificar aquele sistema, é preciso verificar o alcance e



os benefícios que eventualmente terão de ocorrer, sendo certo que, à custa da municipalização, e dos trabalhos que são feitos ao nível de cada município, o país vai progredindo. No que toca à educação, não houve aceitação porque depois de fazer o levantamento da previsão dos custos necessários para requalificação das Escolas, o Município não podia arcar com aquela fatura. Recordou que as transferências de competências na área da educação iniciaram-se há mais de 20 anos e na última legislatura houve meia dúzia de municípios que fizeram experiências piloto com o Governo nessa área. Acrescentou que, Cantanhede já tem ensino o básico, correspondentes às Escolas Primárias e que seria um desafio continuar aquele trabalho numa escala maior, sem esquecer que se trata também de manutenção de equipamentos, de pessoal administrativo e dos auxiliares. Referiu ainda que, especificamente na área da educação, a transferência de competências teria a ver com os equipamentos escolares, com o pessoal administrativo e auxiliar e não com os docentes. Afirmou que, na sua opinião pessoal, a contratação de docentes tem de ser da responsabilidade do Ministério da Educação, tal como os projetos educativos que funcionam ao nível nacional e que já existem há vários anos. Também há a possibilidade de, localmente existirem projetos ligados às possibilidades que os Concelhos oferecem, por exemplo a Escola Secundária poderia virar-se para as ciências da saúde, tendo em conta as ligações existentes com a BIOCANT. Relativamente às transferências de competências na área da saúde, também nunca será o Município a contratar os médicos, apenas servirá para gerir os equipamentos de saúde e fazer parte do Conselho de Administração, com funções não executivas, como acontece atualmente nos hospitais EPE de Coimbra. Assim, considera que se o estado local faz melhor que o estado central e com isso se poupa e aumenta a eficiência, porque não? Tem é que haver uma relação de confiança entre o poder

central e o poder local, porque relativamente à educação, quando há vinte e tal anos houve a descentralização, no momento posterior, os municípios verificaram que a fatura era significativamente maior do que aquela que tinha sido apresentada. Por esse facto, há uma grande desconfiança por parte dos municípios pelo que mesmo o Presidente da ANMP, Manuel Machado, não deixa de ser muito cético no conselho diretivo e quer preto no branco um levantamento exaustivo de todos os encargos financeiros com aquelas transferências de competências. Considera que a ideia poderá ser boa, com certeza, porque se aumentar a relação de proximidade, um dia se avariar alguma coisa na Escola Secundária de Cantanhede, uma coisa é pedir ao município para arranjar a lâmpada, outra será se tiver que ser pedida a Coimbra. Mas para isso, considera que os governos locais têm que ter uma dotação orçamental que permita executar todas aquelas tarefas. Acrescentou que o Presidente da ANMP, Manuel Machado, afirmou no final da reunião da comissão diretiva, que gostaria de encerrar aquele assunto até junho, ainda nesta sessão legislativa, mas continua a fazer uma pressão positiva junto do Governo. Informou ainda que foram feitas inúmeras reuniões de equipas sectoriais com os membros de cada ministério, quer da saúde, quer da educação, tendo-lhes sido pedidas informações dos custos e dos encargos, informações essas que tardaram meses a chegar. Referiu ainda que o processo é visto com uma grande desconfiança por parte da ANMP, pois há questões ideológicas, nomeadamente, com a criação de sistemas intermunicipais, que não afetam o concelho, pois a água é do Município e relativamente à questão do saneamento, metade do concelho está ligado às Águas do Centro Litoral. Relativamente à questão da reposição das freguesias, referiu que não é a favor, no entanto se, eventualmente, voltar à agenda do Governo, e se no futuro os municípios forem consultados para que na reforma administrativa eventualmente possam reverter



aquela situação, então deverão ser consultadas as freguesias que neste momento estão unidas para dizer o que pensam, porque até pode acontecer que nalguns casos tenha sido positivo.-----

-----Pedi a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se à moção apresentada, dizendo que no aspeto essencial, que são as preocupações, a dotação financeira, o bem-estar dos munícipes e o funcionamento das instituições e das infraestruturas do concelho, a Bancada do PSD está plenamente de acordo com o documento que foi apresentado. Contudo, referiu que há questões ideológicas com as quais não concordam. Assim, sugeriu ao elemento da bancada da CDU, Carlos Negrão, que a proposta apresentada possa ter alguns contributos quer da bancada do PSD, quer da bancada do PS, no sentido de se chegar a uma moção não tão ideológica, mas que defenda os interesses e as preocupações do Município de Cantanhede, dos seus cidadãos, de todas as instituições que foram referidas e dos trabalhadores.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu de seguida a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que, de facto, não há dúvidas que a bancada do PSD esteve sempre de acordo com o princípio de transferência de competências. Por outro lado, recordou que, a história recente ensinou que é fundamental ter receios dos recursos que acompanham a descentralização. De facto, a descentralização é cada vez mais crescente, mas nunca proporcionalmente acompanhada com os recursos financeiros e humanos necessários, compreendendo-se a preocupação. Afirmou que todos sabem ser uma reforma que o país necessita, apoiada pelo Presidente da República uma vez que, ele próprio sugeriu o acordo alargado sobre as alterações estruturais a fazer no país onde

a descentralização está incluída. Concluiu que, de facto, a Bancada do PSD se questiona sobre o porquê do processo ainda estar na agenda política, existindo ainda muita informação para ser fornecida às pessoas, pelo que afirmou também que a Bancada do PSD está disponível a colaborar numa moção conjunta, mas não da forma como foi apresentada.-----

----- Respondeu o Sr. Carlos Negrão, da bancada da CDU, referindo que, obviamente toda e qualquer moção tem a sua matriz ideológica pelo que, não iria alterar nada do que foi apresentado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou que, ao longo dos últimos 4 anos, a bancada do PS na Assembleia Municipal, tem de facto, tido algumas intervenções relacionadas com a questão da descentralização. Recordou a luta em relação ao esvaziamento de poderes do Tribunal e a questão do Hospital, pelo que, informou que a bancada do PS subscreve a moção apresentada pela bancada da CDU.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação a moção apresentada pela bancada da CDU, intitulada “Transferência de competências”, a qual foi aprovada, por maioria, com 8 votos a favor e 22 abstenções.-----

----- Após a votação, o Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, informou que a bancada do PSD se absteve a votação da moção sobre a “Transferência de Competências” na medida que partilha as preocupações manifestadas, as lacunas apontadas, os erros repetidos e a precipitação legislativa justificativas de uma análise e levantamentos exaustivos e aprofundados. Todavia, como não concorda com a forma e com a matriz ideológica com que a mesma é



apresentada e querendo acautelar a capacidade negocial do Município em futuras transferências de competências, absteve-se na votação da mesma.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao representante da Bancada da CDU, Sr. Carlos Negrão, o qual, o qual procedeu à leitura da Moção "Por ocasião do 44º aniversário da Revolução de Abril", do seguinte teor: *"A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato emancipação social e nacional. O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heroico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma mais lesta resposta a problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações. O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local, Democrático, se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de*

vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder local democrático e o que ele representa de espaço e de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de abril e da Constituição da República. Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Cantanhede reunida a 26 de abril de 2018, delibera, 1 -Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma rutura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português. 2 - Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.”-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocada a votação a Moção apresentada pela Bancada da CDU, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que também a bancada do PS apresentou à Mesa um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Fernando Santos, em tudo semelhante à Moção apresentada pela bancada do PSD.-

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, informando que a bancada do PSD se associa à proposta apresentada



pela Bancada do PS, sugerindo que haja uma fusão das duas propostas, integrando sobretudo o aspeto biográfico que deve ser o mais fidedigno possível, podendo ainda ser integrados alguns aspetos biográficos que constam da leitura que a Sr.ª Presidente da Câmara fez, porque o importante é enaltecer o homem, as suas qualidades e o seu trabalho. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, concluiu assim que existe um único Voto de Pesar, subscrito pelas bancadas do PS e do PSD.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Carlos Negrão, o qual informou que tratando-se da pessoa em questão e de quem teve o privilégio e o grato prazer de conviver muitas vezes, afirmou que também a bancada da CDU subscreve qualquer uma das moções apresentadas, quer do PSD quer do PS.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação, por escrutínio secreto, o Voto de Pesar subscrito pelas três bancadas com assento na Assembleia, pelo falecimento do Dr. Fernando Santos, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. José Vieira, o qual procedeu à leitura da Moção apresentada pela bancada do PS, do seguinte teor: é *"Repúdio pelas descargas a céu aberto da Estação Elevatória das Cochadas - Continuam com origem na estação elevatória das Cochadas, freguesia da Tocha e que são da pertença da Águas do Centro Litoral, as descargas de efluentes em grandes quantidades, e com grande frequência, sem qualquer tipo de tratamento, diretamente para a Veia Real "Vala Real", bem como se encontram drenos e valas a céu aberto. Esta situação provocou a total destruição da biodiversidade, não se vislumbrando qualquer ser vivo nestes cursos de água. Perante tal situação, já trazida a esta Assembleia Municipal, pode-se afirmar que estamos mesmo perante o maior foco de poluição das últimas décadas, senão mesmo de um crime ambiental,*

destacando-se as regiões compreendidas entre a localidade da Caniceira e a Barrinha de Mira. Neste sentido, vimos repudiar tal situação e exigir que seja resolvida a situação no imediato”.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi o “*Repúdio pelas descargas a céu aberto da Estação Elevatória das Cochadas*” colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Tomou, de seguida a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que tem havido diversas reuniões com as Águas do Litoral Centro, a Câmara Municipal e a Comissão de Compartes e o processo está em andamento para resolver a situação das descargas nas Cochadas. Esclareceu, de seguida que, o problema está relacionado com uma ETAR, que já foi alvo de diversas reuniões com as Águas Litoral Centro e a INOVA. Acrescentou que foram feitas algumas obras de mitigação e as tubagens já estão ligadas para a vala, a 800 metros das Cochadas sendo evidente que quem vai sofrer agora será a zona de Mira. Informou ainda que a solução apresentada pelas Águas do Litoral de Centro é a construção de uma ETAR. Inicialmente tinham previsto que a mesma fosse feita em terrenos de baldios, mas quer a Junta, quer a Comissão de Compartes, não aceitaram, encontrando-se em negociações com particulares para a realizarem. Finalizou a sua intervenção, afirmando que aquela ETAR vai ainda ser alvo de negociações, onde a Câmara, a Junta de Freguesia, a Comissão dos Compartes e a INOVA terão uma palavra a dizer sobre a ETAR que pretendem fazer na freguesia da Tocha.-----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal expressou um registo de apreço em relação à forma como decorreu a sessão Solene das Comemorações do 25 de abril e deu os parabéns aos



líderes das 3 bancadas, pelos seus discursos, na sua opinião, com intervenções de alta qualidade, o que dignificou muito aquela sessão solene.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, deu, de seguida a palavra a José Vieira, o qual questionou a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, sobre o porquê do executivo ter investido bastante em complexos desportivos no concelho, deixando para trás o Complexo Desportivo de Cantanhede. Tem conhecimento que estão previstas intervenções, nomeadamente, nos balneários do Campo de S. Mateus e no Complexo da zona industrial e questiona sobre o porquê de deixar para o fim o Complexo Desportivo de Cantanhede, que alberga o Clube de Futebol “Os Marialvas”, clube com mais praticantes no concelho. Assim questionou sobre as obras previstas de fundo para resolver aquela questão, quer para dignificar o Clube de Futebol “Os Marialvas”, mas também a cidade, porque é a sede do concelho.-----

-----Foi, de novo, dada a palavra ao Sr. Luis Pato, o qual apresentou a seguinte comunicação relacionada com a contratação por Termo Indeterminado dos Precários, do seguinte teor: *“Contratação por Termo Indeterminado dos Precários. Em tempos felizmente idos, dizia alguém, que opto por não enunciar, que: “uma mentira dita mil vezes, torna-se verdade.” O escritor – Gabriel Garcia Márquez diz: “a ética deve acompanhar sempre o jornalismo, como um zumbido acompanha um besouro.” É, por isso, neste ponto importante declarar inequivocamente, como já aconteceu noutras sessões de Assembleia Municipal, que a regularização dos 51 vínculos precários de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado foi da responsabilidade deste governo de coligação – a mesma solução governativa que foi atacada ontem neste espaço e principalmente em Ançã durante a celebração das comemorações do 25 de Abril – e não da Câmara Municipal de Cantanhede (CMC). Aliás, uma breve consulta de atas do mandato anterior evidenciará que se trata de*

uma luta há já vários anos encetada pelos deputados do Partido Socialista com assento nesta Assembleia Municipal. Em várias sessões de Assembleia Municipal, questionamos, propusemos e obtemos sempre respostas contundentes da atual Presidente a propósito da situação insustentável que funcionários desta casa viviam há já muitos anos. No entanto, não é nossa intenção destacar o nosso papel nesta questão. O que importa é que os visados (os funcionários que tinham situações de empregabilidade precárias) têm a sua situação resolvida graças a este governo “centralizador” e “corrupto” - como alguém dizia ontem enquanto aclamava valores como - liberdade e fraternidade. Sim, foi também graças ao 25 de Abril que momentos de esquizofrenia intelectual como estes são possíveis. Embora no espaço, entenda-se: página da Internet da Câmara Municipal de Cantanhede, a informação seja coerente. Já o que foi publicado em alguns espaços mediáticos e noticiosos, está longe da verdade; pois “atribui”, ou, aliás, passa a ideia de que a resolução desta situação é uma iniciativa da Câmara Municipal de Cantanhede. Quando tal não foi nem é a verdade. Sabendo nós como se veiculam informações e falo nomeadamente de fontes informativas e a relação que se estabelecem entre órgãos de poderes locais e as delegações mediáticas regionais aqui presentes, é imperioso que se opte por publicar a verdade – pois é isso que está explícito no código deontológico que norteia a ação dos jornalistas e fundamentalmente trata-se da única forma de manter uma esfera pública mais esclarecida e conseqüentemente mais saudável.” Após a leitura daquela comunicação, fez ainda a seguinte intervenção: “Saudamos a Câmara Municipal de Cantanhede que há 4 anos no site, noticiou que auscultou os moradores e os comerciantes sobre a Rua Afonso Henriques e só agora passados 4 anos iniciou a sua intervenção”.-----



----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual passou a responder às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente à questão dos Complexos Desportivos, recordou que esteve presente nas decisões tomadas nos anteriores mandatos, como vice-presidente durante 3 mandatos e como vereadora durante 1 mandato. Acredita que, hoje olhando para o país, para o concelho e por tudo o que aconteceu, o ideal teria sido fazer um grande complexo em Cantanhede e requalificar alguns existentes, mas foi a decisão tomada à época. Recordou que, à época, com as 19 freguesias, quando ainda era permitido que o futsal fosse praticado ao ar livre, pensou-se em fazer, no mínimo, um polidesportivo por freguesia. Hoje, verifica-se que já foram feitos, já não se permite que uma equipa federada jogue ao ar livre, ficando os polidesportivos para uma utilização mais de lazer e não para o que foram pensados. Recordou também que, quando, no tempo do Presidente da Câmara, Jorge Catarino, os Parques Desportivos foram discutidos, foram pensados para as equipas mais dinâmicas e com mais representatividade da época, nomeadamente, para Cantanhede, Tocha, Febres e Ançã. De seguida, foi pensado avançar com aqueles equipamentos, uns com financiamento, outros sem, pelo que o da Tocha ficou logo concluído e o de Febres, pelo facto de ter também pista de atletismo, à época não foi aceite o campo de relva sintética porque o lançamento do martelo, exigia um campo de relva natural. Hoje o Complexo Desportivo de Febres é utilizado por uma grande quantidade de crianças e jovens que lá praticam desporto e necessitam também de um campo de relva sintética. Referiu que há várias opções, não só políticas e há áreas que já foram transmitidas aos líderes das bancadas que, brevemente, serão de novo abordadas, porque é pertinente para o concelho e para a cidade e porque o dinheiro é o que é, as receitas são o que são e há saber distinguir o que é primordial e que

deve avançar primeiro. Referiu ainda que, o que se pretendia na altura para o campo de Cantanhede era que o campo ficasse concluído e tivesse apoio de balneários para que a prática se desenvolvesse e recordou que quando se começou a praticar no de Febres, os balneários eram provisórios. Acrescentou que, se conseguiu no final do outro quadro comunitário, uma candidatura para concorrer com os balneários de Febres, encontrando-se ainda outros balneários por concluir. Informou também que os balneários provisórios que estavam em Febres, e estavam em bom estado, se encontram atualmente em Cadima, que tem uma equipa de futebol feminino e outras atividades, pelo que a Câmara fez uma intervenção na relva sintética e na iluminação que está quase concluída. Assim, Cadima e Febres estão ainda por concluir, ao contrário de Ançã, para o qual se conseguiu uma candidatura, através da INOVA, porque devido a alguns constrangimentos a Câmara não podia, na altura, aceder a apoios financeiros. Pessoalmente, referiu que considera que Cantanhede necessita urgentemente de fechar o Complexo Desportivo, mas há opções a fazer e que já foram discutidas em reunião com os responsáveis do Clube de Futebol “Os Marialvas”. Por outro lado, também houve reunião com o Povoense que apesar de utilizar as instalações do Parque de S. Mateus, tem muitas crianças neste momento, devendo ser ponderado se, mesmo para a Cidade, não é mais útil que o Campo do Sporting Clube Povoense tenha relva sintética, quando já tem balneários no local, porque neste momento o que está em Cantanhede já não chega. Referiu também que o campo de relva natural não tem sido muito utilizado e com a intervenção na zona da EXPOFACIC terá de ser desativado para dar lugar a um campo, possivelmente, de futebol de sete, pois não dá para mais porque com a construção da estrada o campo vai encolher. Referiu existirem várias opções que estão todas encadeadas, começando por se definir qual será a primeira medida a ser tomada para que todo o resto não colapse.



Informou, de seguida que o Sr. Vereador, Adérito Machado, que detém o pelouro do desporto já foi visitar os balneários, no Complexo Desportivo de Cantanhede e no Parque de S. Mateus, tendo verificado que estão em mau estado, necessitando de serem intervencionados. Relativamente ao de Cantanhede, informou que, no início da próxima semana, uma empresa vai fazer a cobertura daquela bancada para que, pelo menos na altura do calor ou da chuva, os pais que vão assistir aos jogos possam ali ter alguma proteção que até hoje não existe. Recordou que o projeto antigo projetava uma bancada virada para o campo de relva natural, uma bancada para 12.000 pessoas, que se considera não fazer qualquer sentido no atual momento, aliás as de Ançã e de Febres já foram muito mais contidas e tem resultado bem. Assim, informou que teve de ser pensado o tamanho da bancada necessária, a dimensão dos balneários, o apoio da lavandaria, o apoio de bar, tudo isso, existindo já essas indicações para se poder avançar com um projeto para o redimensionar daquele espaço, mas também para a sua envolvente. Recordou que a zona de estacionamento já se encontra concluída, mas a entrada propriamente do parque desportivo e do acesso ao campo de Golfe está por terminar, sobretudo numa zona que é uma zona agradável, a zona do BIOCANT e também para a utilização de tantas crianças que praticam aquelas atividades. Acrescentou que ainda não pode dar valores para aquelas intervenções, pois em função dos projetistas que têm de dizer o que se pode fazer e depois, do ponto de vista financeiro se verá se a obra poderá ser faseada, o que era o ideal. Voltou a frisar que, na sua opinião, o mais urgente no Parque Desportivo de Cantanhede são os balneários, que no momento não cumprem o que é necessário e depois, pensar na possibilidade de deslocar a bancada maior para o lado da relva natural ou dos campos de relva sintética, em função da sua utilização. Olhando para toda a área do desporto, os equipamentos que ainda estão por terminar

devemos pensar também em terminá-los. Referiu também que se, neste momento, Sepins já se encontra a jogar no seu equipamento, já com relva sintética e que foi a própria Associação em conjunto com a Junta de Freguesia, com a comparticipação da Câmara, que arranjaram a parte dos balneários, merecendo ambos uma palavra de apreço. Recordou também que, há época, tinha sido pensado situar estrategicamente os pavilhões, sendo que Ançã já tinha, felizmente uma comparticipação do Estado, de quase a 100%, a Tocha tinha o da escola que tinha as medidas certas, infelizmente o de Febres não tinha as medidas certas. Referiu que, existe um em Covões e outro em Marvão, sendo que o de Marvão está por terminar e tem uma equipa federada. Também o de S. Caetano está por terminar, projeto que ainda existe da parte do Município. Finalmente, afirmou que é a altura para se ponderar as intervenções a fazer, porque as receitas são escassas, sendo certo que se deve tomar já uma medida certa e rápida relativamente ao Parque Desportivo de Cantanhede que é fundamental; - Relativamente aos contratos a termo indeterminado afirmou que a responsabilidade dos 58 funcionários não foi do governo, sendo que a lei que é perfeitamente clara e diz que: *“estabelece os termos da regularização prevista no programa extraordinária de vínculos precários das pessoas que exerçam ou tenham exercido que correspondam”,* e ainda que *“a necessidades permanentes da administração pública, de autarquias locais e de entidades do setor empresarial do Estado ou do setor empresarial local sem vínculo jurídico adequado.”* Informou de seguida que, das centenas de Municípios existentes no país, alguns até do PS, não vão avançar com um único contrato, porque o conceito de *“necessidade permanente sem vínculos jurídico adequado”* pode ser interpretado por qualquer Presidente ou qualquer Executivo da forma que entender. Exemplificou algumas situações que estão a acontecer em algumas Câmaras, nomeadamente, com um professor de natação,



para o qual se pode entender que o vínculo adequado para aquele desempenho é o recibo verde, porque faz 5, 6, 7 horas ali e pode fazer outras tantas noutras piscinas, ou como um jurista, um arquiteto ou um engenheiro, cujo vínculo adequado, pode ser uma prestação de serviços. Trata-se sim, de uma possibilidade que o Governo criou para que as entidades avancem com a regularização das carreiras e não só para o Município, pelo que apelou a que as bancadas sensibilizem outras entidades de vínculo estatal do concelho para que também o façam, pois existem outras entidades que são do Estado que não avançam com nada e os seus trabalhadores têm tanto direito como tiveram os da Câmara. Relativamente aos 58 funcionários que o Município regularizou, recordou que as suas situações foram várias vezes discutidas, se a Câmara tivesse avançado com concursos, sobretudo para técnicos superiores ou para assistentes técnicos, qualquer pessoa com vínculo ao Estado poderia concorrer e ocupar os lugares dos que já se encontram nos serviços, como aconteceu no último concurso de assistente operacional, no qual bastou concorrer uma pessoa com o vínculo a uma Câmara para, automaticamente, passar à frente de qualquer colaborador. Recordou ainda que, várias vezes ao longo dos últimos anos, a situação foi explicada de uma forma muito clara a todos os funcionários. Informou ainda que, o último concurso de técnico superior foi anulado, precisamente porque concorreram pessoas com experiência, com currículo, com desempenho, bem como outras pessoas que eram assistentes técnicas noutras Câmaras mas que tinham a licenciatura, passando automaticamente à frente dos nossos colaboradores. Recordou ainda que não se tratou apenas dos recibos verdes existentes, mas também dos chamados CEI ou CEI+, os antigos POC's, que entraram numa fase de grande desemprego, sobretudo na área da construção que decorreu no país. Muitos foram chamadas para a Câmara porque muitos funcionários foram para a reforma e o

departamento de obras ficou desfalcado. Assim, quando essas pessoas entraram e eram informadas pelas chefias pelo bom desempenho e pelo papel que tinham, quando terminavam o período CEI as chefias diziam que “*esta pessoa é importante continuar*”, passavam de seguida para prestadores de serviço ou recibos verdes como pedreiros, carpinteiros ou coveiros, o que não é muito normal. Recordou que, nos últimos dois anos, começaram-se a abrir concursos para assistentes operacionais, aos quais essas pessoas começaram a concorrer porque o lugar de assistente operacional não é um lugar tão apetecível quanto o lugar de técnico superior ou de assistente técnico. Acrescentou que há opções que passam além da responsabilidade do próprio Governo. De seguida mostrou a sua satisfação pela medida criada, o que permitiria que, no momento e no total 51 funcionários já tomaram posse, sendo 17 assistentes operacionais, 10 assistentes técnicos, 22 técnicos superiores e 2 informáticos. Ainda faltam regularizar alguns, por exemplo um assistente operacional que não tinha a 4ª classe e que está, no momento a fazer formação para a terminar, duas engenheiras florestais, que já se encontram na Câmara há vários anos e que não estavam inscritas na Ordem dos Engenheiros. Assim, a Câmara vai aguardar que elas tenham aquela inscrição da Ordem e depois irá abrir concurso para elas. Aguarda-se ainda que outras duas pessoas que ainda não complementaram o ano que o aviso impõe, para também, de seguida abrir o procedimento, e ainda outras duas pessoas que estão doentes, pelo que se aguarda que retornem ao serviço, para poderem avançar para aquele procedimento. Mostrou-se de seguida muito satisfeita que o processo tenha chegado ao fim e desafiou todos os Membros a fazer um inquérito a nível nacional para ver quantos, como e em que tempo foi feito, porque a Lei saiu no dia 29 de dezembro de 2017 e a sua proposta foi logo à reunião de Câmara de 16 de janeiro, onde a Câmara deliberou reconhecer as necessidades permanentes



que tinham o vínculo jurídico inadequado. Seguidamente, o despacho de abertura dos concursos foi feito nesse mês no dia 30, os avisos foram publicados no dia 31, tendo concorrido mais de 700 pessoas, mesmo sabendo que o concurso apenas se destinava a quem já estava ligado à Câmara. Informou que muitos daqueles concorrentes, telefonaram a questionar sobre o concurso e a afirmar que iam dirigir-se a um advogado porque, o facto de não poderem ser escolhidos, era injusto e era inconstitucional. Relevou o papel importante e decisivo que teve o Departamento Administrativo e Financeiro, mais concretamente a Divisão Administrativa e de Recursos Humanos e os funcionários que estão adstritas aquele serviço, pela forma como aceleraram o procedimento para que fosse efetuado mesmo dentro do prazo. Informou que todos os colaboradores que estavam naquela situação, passarão a funcionários do Município a partir do dia 15 do mês de Maio. Assim, reforçou a ideia de que foi bom para aquelas pessoas e reiterou a posição que o Executivo não o fez por obrigação, nem por questões pessoais ou políticas, mas sim por uma questão de princípio. Recordou que existiam muitos colaboradores motivados, que estavam na Câmara reconhecidamente há mais de 10 anos naquela situação sem se vislumbrar uma possibilidade de a alterar. Assim, afirmou saudar a possibilidade que o Governo deu, de poder avançar com aquela situação, mas também considera importante que se pressionem outras entidades e outros Municípios e finalmente afirmou que seria agradável ouvir por parte das Bancadas da oposição que *“sim senhora, mas afinal de contas a coisa até correu, até foi uma medida que resultou e que é de louvar”*; - Relativamente à questão da Rua D. Afonso Henriques, informou ser uma das Ruas que está inserida no PEDU, no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, cujo processo, bem como as candidaturas demoraram bastante tempo. Recordou que, à época o Sr. Presidente da Câmara, João Moura, reuniu todas as pessoas

interessadas, e percebeu-se que havia ali uma situação que não era a mesma entre quem reside e quem tem comércio. Efetivamente, quem tem comércio preocupava-se em utilizar muito a rua para estacionamento e os residentes diziam que, por vezes, não conseguiam sair de casa porque os carros estavam completamente a bloquear as suas portas. Referiu, de seguida que, a reunião com o IFRRU foi muito importante pois informou os particulares sobre a forma de aceder àquele financiamento com excelentes condições para recuperar a parte edificada. Relativamente à parte mais antiga, em que as ruas e as casas são estreitas, continuar a existir um acesso que permita, do ponto de vista pedonal, a pessoa circular ou também a existência de carros, sendo que nesse caso, a rua vai continuar a ter lugares para estacionamento. Acrescentou que, com a construção dos passeios e alguns pilaretes, não será possível existirem três filas de carros, como às vezes existiam à frente de alguns comércios. Assim, afirmou que tem que haver algumas opções, o que vai ser uma obra difícil. Recordou o caso da obra da Rua Marquês de Pombal, que atrasou porque apanhou, no mínimo, 4 meses de chuva mas que, no momento, já se estão a fazer as ligações para depois começar a fechar e colocar o tapete. Esclareceu ainda que para resolver o problema existente naquela rua, de maus cheiros que se fazem sentir e que têm origem por baixo do Largo Marquês de Marialva, que aquando da sua intervenção não foi corrigido. Acrescentou que para realizar aquela intervenção, que será muito demorada e financeiramente pesada, e também incomodativa na Rua Afonso Henriques até ao cruzamento com a 1º de Maio, sendo intenção do Município tentar também, através do PEDU, que se possa fechar o cerco na rua do chamado C3 que está também em más condições, podendo ser requalificada numa fase seguinte, bem como outras ruas como por exemplo, a Rua das Parreiras, que também se encontra em mau estado. Informou ainda que a obra está prevista acabar até dezembro, tendo



já a empresa dado um sinal muito positivo pela forma célere como está a arrancar. Referiu ainda que a obra será feita por duas fases, em primeiro lugar do Largo até à Predileta, para que o trânsito possa se fazer ao contrário, começando na Rua Henrique Barreto e seguir depois na direção à Rua 1º de Maio. De seguida, quando aquele troço estiver concluído o trânsito voltará a ser invertido. Esclareceu que todas as redes serão intervencionadas, não se sabendo exatamente como estão, pois na Rua Marquês de Pombal existiam ligações feitas de qualquer maneira, águas pluviais ligadas a saneamento e saneamento a águas pluviais, o que terá de ser corrigido. Acredita que existirá um mal-estar por parte da população local e que vão haver muitas críticas, mas na vida política e autárquica ou se assume ou não se assume e as pessoas querem a obra ou não querem a obra. Referiu ainda que seria muito mais fácil chegar ali, meter as máquinas da Câmara e pôr tapete de uma ponta à outra, mas mais tarde, se houver uma rutura, teria que ser rasgado e para depois ser colocado novamente tapete naquele sítio, o que não é solução. Referiu ainda que a Rua Marquês de Pombal foi acelerada porque como estava a ser arranjado um edifício que vai ser uma clínica e, quando choveu, estavam a colocar pladur e começou a nascer água dentro da sala onde seria o consultório, sempre que há picos de pluviosidade. Recordando a discussão sobre a questão das Cochadas, informou que o Presidente das Águas do Centro Litoral transmitiu que, o grande problema daquele intercetor foi um aumento grande de ligações, pois houve a ligação da Lactogal e também Mira começou a fazer ligação, quando tinha saneamento a 30% e no momento está quase nos 50%. Referiu ainda que, o grande problema é que Cantanhede, Mira e Vagos têm um nível freático muito alto e cada vez que chove há infiltrações na rede, logo, aquele problema irá sempre acontecer se não se arranjar uma solução definitiva. Foi um processo moroso que, finalmente, está a arrancar, esperando-se que a obra, decorra

bem e que as pessoas tenham alguma paciência e fazer algum sacrifício cada vez que há uma intervenção. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmou que o projeto é muito bonito e quando acabar todos vão desejar que, pelo menos zona a central de Cantanhede e as ruas que a partir dali vão saindo, pudessem ficar todas assim.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Primeiro Secretario, José Maria Maia Gomes, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, interveio a propósito da intervenção e da questão colocada por José Vieira sobre o porquê do Complexo Desportivo de Cantanhede ter sido deixado para o fim, porque a cidade e “Os Marialvas” mereciam que o Complexo tivesse melhores condições, nomeadamente relativamente aos balneários, e ainda se não teria sido mais fácil aglomerar alguns Complexos Desportivos. Assim, recordou que, na altura era Vereador do Desporto e informou que, então foi feito um plano estratégico de desenvolvimento desportivo por vários técnicos, de várias especialidades desportivas e com a participação de todos os Professores de Educação Física do concelho. Após diversas reuniões realizadas na Câmara, chegou-se a um Plano de Desenvolvimento Desportivo Concelhio que previa a construção de um Parque Desportivo na cidade de Cantanhede, de maior dimensão, e depois um em cada uma das principais vilas, nomeadamente, na Tocha, Febres e Ançã. Informou ainda que se avançou em primeiro lugar com o da Tocha, porque naquela altura era a Tocha que estava na 3.^a Divisão Nacional. Depois foi-se avançando com os outros Parques Desportivos, que em termos de bancada o Parque Desportivo da Tocha e o de Febres, têm um módulo de bancadas, com balneários, que permitem cerca de 1.000 lugares, atualmente suficientes, sendo no entanto possível, se algum dia fosse necessário, lá colocar mais 5 módulos semelhantes aos que lá estão, passando a ter a capacidade de 6.000 pessoas, o que continua a



defender do ponto da ideia estratégica, caso algum dos clubes passe para a primeira Divisão. Relativamente ao Parque Desportivo de Cantanhede, explicou que foi pensado para ser maior do que os outros, porque na altura aproximava-se o Euro 2004 e havia a possibilidade de se fazerem candidaturas para Centros de Estágios. Nessa altura, foi com algumas pessoas visitar vários Centros de Estágio nacionais, inclusivamente em Espanha, para recolher informação e o projeto inicial foi feito e previa bancadas para 12.000 pessoas, na perspetiva de se conseguirem candidaturas candidaturas, fundos europeus para que se pudesse fazer em Cantanhede um Centro de Estágios tal como tem Melgaço, por exemplo e trazer para Cantanhede, na fase preparatória do Euro 2004, equipas estrangeiras que se instalassem que necessitavam de boas instalações desportivas. Foi essa a razão por que o Parque Desportivo de Cantanhede foi projetado com um maior número de lugares nas bancadas. Referiu novamente que, como as bancadas são modulares, não invalida que lá possa ser colocado mais um módulo que dê para 1.000 pessoas tal como tem a Tocha. Referiu ainda que o projeto pode perfeitamente ser pensado também em termos modulares com os balneários para um determinado número de pessoas que sirva neste momento e, numa perspetiva futura, como existe terreno e espaço, se o C.F. “Os Marialvas” chegar à 1ª Divisão Nacional ou que qualquer outra equipa possa vir, poderão vir a ser construídas mais bancadas. Reforçou que foi naquela perspetiva que se pensou estrategicamente a construção dos diversos Parques Desportivos no concelho de Cantanhede e que continua a defender que foi uma ideia correta. Acrescentou que, basta que as pessoas fossem ver o que se faz em termos de formação em Ançã, em Febres, na Tocha e ainda no Marialvas e o número de crianças que estão envolvidas na prática desportiva, valendo a pena o investimento que se fez.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura considerou importante, às vezes, fazerem-se retrospectivas históricas e justificar decisões tomadas há bastantes anos atrás. Assim, reforçando a intervenção do Sr. Primeiro Secretário, José Maria Maia Gomes, referiu que a situação ideal era que neste mandato se pudesse, efetivamente, finalizar os parques desportivos, nomeadamente, em Febres e em Cantanhede, bem como apoiar os pavilhões, nomeadamente, Sepins e Cadima, quer no que toca à iluminação, quer aos balneários. Acrescentou que, o grande desafio foi a massificação do desporto através da política inscrita na Carta Desportiva no Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo, o que proporcionou o aparecimento de modalidades coletivas, mas também individuais, não só na modalidade do futebol, mas num sentido de desporto muito mais abrangente e transversal, com pessoas que se distinguiram e participaram em diversas modalidades e diferentes campeonatos nacionais. Afirmou que se deve ver o assunto pela positiva, pois apesar de serem equipamentos pesados, o Município de Cantanhede, com certeza, que estará de mãos dadas com as equipas de futebol que usufruem mais dos Parques Desportivos em Febres, em Ançã, em Cantanhede e na Tocha, através da celebração de protocolos de desenvolvimento desportivo, sendo certo que, no final se verifica a existência de várias centenas de jovens entre os 6 e os 18 anos a praticar desporto. Recordou também que, numa perspetiva positiva, o desporto é um complemento em relação à formação dos jovens, muito importante na formação do seu carácter e da sua personalidade, no fundo em termos educativos. Concluiu que se conseguiu colocar polidesportivos em todas as sedes de Freguesia e, de alguma forma, não só para o lazer, mas também para o desporto de competição e ainda que ficou claro que, nos casos em que se avançou mais rapidamente, nomeadamente, nos Parques Desportivos de Febres e Ançã, foi porque foram conseguidas candidaturas comunitárias que financiaram, alguns

casos, quase 85% do valor das obras. Finalizou esclarecendo que o Campo do Tocha está preparado para poder passar de 1.000 para 6.000 pessoas, porque pode ser, a qualquer momento ser preenchido com mais módulos de bancadas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual após cumprimentar todos os presentes, colocou as seguintes questões: - Informou que foi recentemente veiculado pela comunicação social que algumas Câmaras Municipais não cumpriram o prazo previsto por Lei para a atualização dos respetivos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que outras os submeteram para aprovação do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas já fora do prazo e ainda que outras ainda não o fizeram. Relativamente à Câmara Municipal de Cantanhede, a comunicação social adianta, que ainda não tem Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, não cumprindo assim, o prazo dado pelo governo, até 31 março, data limite imposta pela Lei do Orçamento do Estado para 2018, ficando sujeita a penalizações, nomeadamente, a retenção de 20% do fundo de equilíbrio financeiro e a perda de apoios para gabinetes florestais. Face àquelas notícias e sabendo que, nem sempre o que é veiculado na Comunicação Social corresponde à verdade, questionou a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, se a Câmara Municipal de Cantanhede já tem o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e, se o tem, se já o submeteu ou se não o submeteu, porque que não o fez? - Relativamente ao caso da Farmácia de S. Caetano, mais propriamente da Farmácia Cosme, que se arrasta já há bastante tempo e que está de alguma forma a prejudicar a população daquela Freguesia, informou que a mesma está, atualmente, fechada por um período de 1 ano e que, mesmo que a transferência da farmácia para Cantanhede venha a ser aprovada, não é certo que venha a ocorrer aprovação por parte do Infarmed, para um concurso público para fixação de um posto

farmacêutico móvel. Referiu ainda que o parecer negativo relativamente à transferência da Farmácia para Cantanhede também não garante os serviços aos habitantes de Cantanhede. Assim, face ao problema identificado, e à necessidade de assegurar serviços que são importantes para a população, enquanto não se resolve a autorização do Infarmed para abertura de um concurso público para fixação de um posto farmacêutico móvel, ou outra solução que venha a ser encontrada. Informou que os Membros eleitos pelo Partido Socialista propõem à Câmara Municipal de Cantanhede que promova, junto dos proprietários de farmácias do município e dos municípios limítrofes, um serviço que garanta a entrega de medicamentos ao domicílio aos habitantes da Freguesia de S. Caetano, que dê resposta às necessidades da população, garantindo assim um serviço básico de saúde para esta população, que se viu privada de uma farmácia nos últimos tempos.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, deixou algumas notas e colocou algumas perguntas à Câmara, nomeadamente: - Foi recentemente veiculado no portal da Câmara e na comunicação social que o Município de Cantanhede celebrou com a Agência Portuguesa do Ambiente um protocolo que incluía um financiamento até 100.000,00 € para a limpeza, desobstrução, preparação/operacionalização de linhas de água, no âmbito das campanhas de prevenção e combate a incêndios em 2018. Assim, questionou em que fase é que está aquele processo e se há alguma indicação, sobre quais e onde são as linhas de água em causa; - Deu, de seguida, os parabéns à Câmara porque pelo segundo ano, idealizou e concretizou a promoção dos eventos gastronómicos do concelho de Cantanhede, que além de ser uma forma de potenciar e de ganhar escala, faz todo o sentido no âmbito da promoção turística e é uma mais valia para as Associações e para as Juntas de Freguesia que organizam festivais gastronómicos; -



Felicitou também a Câmara pelo facto de ter resolvido descentralizar as suas reuniões, tendo já feito uma no Estaleiro da Câmara e outra na INOVA, existindo o desafio, se houver condições técnicas, de se poder fazer uma Reunião da Câmara Municipal em cada uma das 14 Freguesias ou União de Freguesia; - Felicitou, ainda, pela aquisição de terrenos destinados à ampliação que a Câmara Municipal está a fazer na Zona Industrial de Cantanhede e da Tocha, e questionou sobre o porquê das outras duas Zonas Industriais não estarem também a ser ampliadas, recordando por exemplo que a Zona Industrial de Murte de está praticamente lotada.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informou relativamente à questão colocada por Áurea Andrade que o Município já tem o Plano Municipal das Florestas Contra Incêndios, estando o mesmo ainda em fase de aprovação e solicitou que o Sr. Vereador do Pelouro, Adérito Machado explicasse a situação mais em detalhe.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão informou que o Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município de Cantanhede está em fase de aprovação. Informou ainda que houve uma ligeira sugestão de alteração na Freguesia de Sepins, mais propriamente na localidade do Espinheiro, que foi feita e enviada para o ICNF, estando-se a aguardar resposta.-----

----- A Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio referiu, relativamente ao assunto da farmácia, aguarda pela intervenção da Sr.ª Presidente da Junta de S. Caetano que pediu a palavra, uma vez que a informação que a Câmara sempre transmitiu ao proprietário, foi tomada numa reunião com todo o Executivo, a Junta de Freguesia e com todos os líderes das bancadas sobre a questão em causa. Sendo uma questão delicada, a Câmara sempre se guiou pela opinião e pelas deliberações, tanto da Junta

como da Assembleia de Freguesia de S. Caetano. De seguida, referindo-se à APA, transmitiu que na presente data, a própria e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha e o ICNF assinaram um protocolo para a manutenção, limpeza e tratamento de todas as áreas ardidas, naquela zona por ser uma área turística. Acrescentou que a vinda do Sr. Secretário de Estado das Florestas, a convite da Freguesia, foi muito positivo, porque a sensibilização feita à comunidade é acrescida, sendo um sinal importante que a Junta de Freguesia deu em terrenos próprios. No entanto, referiu que também seria importante ele ter vindo com as entidades ligadas ao ICNF porque, muitas vezes, há resistências na forma como se pode mexer nos terrenos e naquelas madeiras. Acrescentou que o Comandante Operacional do Município, Hugo Oliveira também responsável por aquela área e o Senhor Vereador que têm acompanhado a Junta de Freguesia, irão avançar para aquela intervenção, sendo certo que o protocolo assinado, assegura não só suporte técnico, mas sobretudo nesta fase, suporte financeiro para avançar com essa mesma limpeza. Informou também que, embora mais abrangente, o acordo assinado na APA, incidiu sobre os Municípios que foram afetados por todos os incêndios, não só os de 15 de outubro, mas de acordo com o que disse a Sr.^a Eng.^a Celina, Diretora da ARH - Centro, o objetivo é que se faça uma requalificação e o enquadramento de linhas de água, sobretudo aquelas que passam em zonas urbanas de forma a potenciar as mesmas. Acrescentou que, de seguida irão ver o terreno com os seus técnicos e os técnicos municipais, fazem o levantamento do que tem que ser intervencionado e, só depois, avançam com a candidatura para que a intervenção seja feita. Estima que o custo será de 100.000,00 €, e recordou que com a intervenção do exército, quando andou a fazer a limpeza, foi cerca de 80.000,00 €, só para os consumos e para a estadia. Voltou a referir que, com os técnicos da APA, serão percorridas as zonas afetada nos incêndios de agosto e de



outubro para focalizar quais serão as intervenções que irão decorrer. Relativamente às reuniões de Câmara, afirmou que o objetivo é descentralizar para, por exemplo, se poder juntar várias áreas ou temáticas na mesma reunião, estando já a ser pensada uma reunião, em junho, inserida nos 150 anos da Filarmónica dos Covões, essencialmente ligada à questão cultural e musical. Outra hipótese seria por exemplo, pela ocasião dos 25 anos da IPSS de Murtede, se fazer uma reunião de Câmara em Murtede ou em outros locais distintos consoante se privilegiasse a área desportiva, cultural, social ou económica. Afirmou considerar bastante útil, não se confinar as reuniões ao Salão Nobre, mas fazê-las onde exista um enquadramento do que se pretende potenciar, chamando as pessoas à discussão. Assim, referiu ainda que o Executivo está perfeitamente recetivo à mudança de hora de início da reunião, em articulação com o que cada Freguesia e instituição entender ser o mais útil. Passando ao assunto das zonas Industriais, informou que o Município está a ter uma procura bastante grande de empresários que se querem situar nas suas Zonas Industriais. Referiu que o volume maior tem sido em Cantanhede, sendo que só a empresa Maçaricos ocupou 7 hectares e pretendem adquirir ainda terrenos na ordem dos 24 hectares. A empresa Anicetos, que também já tinha parte dos terrenos, adquiriu também outros com a participação do Município, na ordem dos 5 hectares. Ainda a Quimical Gam pretende mais 1 hectare, área imensa de terreno que deverá ser adquirido e vendido. Relativamente à Zona Industrial da Tocha, referiu ser um pouco diferente, uma vez que a área, de 100 hectares no total, é da Junta de Freguesia, tendo sido desanexada à época aos Compartes. Informou ter havido também uma grande procura por parte de empresas para se localizarem lá. Relativamente a Febres e Murtede, informou que vão se comprando terrenos à medida que forem solicitados para aqueles locais. Recordou que Murtede está colada à Mealhada, mas que ainda

na semana em curso, houve uma negociação com um empresário da Mealhada, para uma permuta de terreno destinada à Paul Stricker, empresa que tem crescido de uma forma acelerada e está muito bem. Quanto a Febres, informou que há intenção de rasgar um acesso para a possibilidade de aquisição de mais terrenos para a zona em frente à estrada atual. Um aspeto importante a ter em conta, tem a ver com as imposições legais da questão dos afastamentos das zonas arborizadas, e, numa zona industrial, não pode haver árvores, pinheiros ou eucaliptos a menos de 100 metros da referida Zona Industrial. Acrescentou que, a intenção é realmente requalificar aquela zona, mas tem de ser muito bem ponderado com os proprietários dos terrenos por causa dos pinheiros e dos eucaliptos existentes. Recordou ainda que Febres tem necessidade de sinalização, tendo já sido dadas indicações ao nível da sinalização rodoviária da Zona Industrial. Informou ainda, já existir um plano feito e validado pela AEC com uma sinalização exata das empresas nas Zonas Industriais, bem como a atribuição de nomes para as ruas. Acrescentou que o projeto já está feito há algum tempo, e que se esperava por uma candidatura da CCDR, à qual o município concorreu mas que impunha que o preço dos terrenos tinha que aumentar drasticamente e, como não era esse o objetivo, deixou-se cair a referida candidatura. Assim, informou que terá de ser a cargo das receitas da Câmara que se vai colocar toda aquela sinalética, pedido feito já há bastante tempo pelos empresários e pela AEC. Finalizou afirmando que devido às solicitações existentes para Febres, há mesmo necessidade de avançar com as aquisições de terrenos, sendo certo que este grande aumento de procura que Cantanhede tem tido, é claramente por causa da BIOCANT. Relativamente a Febres, só se vai adquirir à medida que houver uma procura objetiva para aqueles terrenos, existindo também a necessidade de avançar



do ponto de vista urbanístico para o acesso que considera mesmo necessário para a Zona Industrial de Febres.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual deu os parabéns pela organização, da sessão solene do 25 de Abril, realçando o momento musical e onde estiveram presentes todas as entidades, as coletividades, a sociedade civil, as forças de segurança, religiosas, o associativismo, bem como, os discursos dos três líderes da bancada, sobre o tema da educação e da conquista de Abril em relação ao que falta ainda fazer. Recordou ainda o Dr. Júlio Pedrosa, que de facto fez uma boa palestra e enriqueceu bastante o encontro, a entrega do Prémio Lima de Faria e finalmente o momento musical que decorreu na Praça, com a matriz de abril. De seguida, referiu-se a um recente incêndio numa fábrica que foi mediático da Zona Industrial, reforçando o facto de se ter de pensar na sinalética, e noutros aspetos, começando pela questão da segurança. Recordou que, naquele incêndio, mais uma vez se verificou a colaboração de todas as cooperações vizinhas, tendo sido apagado rapidamente. Recordou que ficou um fumo bastante negro e, que os danos pareceram bastante avultados. Assim, deixou o alerta que tudo é o fruto do crescimento da Zona Industrial pelo que se deve crescer também em diversos setores. Questionou se a proteção civil, incluindo os Bombeiros estão prontos para outro tipo de incêndios para além dos florestais, como no caso de matérias perigosas, matérias inflamáveis, porque deve-se fazer uma reavaliação de tudo, sendo certo que o que fazia sentido há 10 anos atrás pode hoje já não fazer sentido. De seguida, referindo-se aos 51 contratos pela Câmara Municipal, deu os parabéns pela forma digna como decorreu a sessão da assinatura dos contratos. Considerou que era um momento esperado por muitas das 51 pessoas que lá estavam, bastante digno, em que cada uma das pessoas se apresentou, se deu a conhecer aos colegas e marcou de facto o momento.

Relativamente ao facto de ser ou não um imperativo legal, chamou a atenção para a ata da sessão da Assembleia de janeiro onde Luis Pato referiu que *“a realidade é um imperativo e vem da tutela”*, mas também na página seguinte a Sr.^a Presidente da Câmara referiu que *“foi um imperativo do Governo, mas a Câmara em vez de abrir 58 lugares podia abrir 20 ou 10”*. Assim, concluiu que Estado esteve presente, mas nada teria sido consumado se a Câmara não tivesse atuado ficando assim as duas entidades com os louros. Relativamente aos elogios que a Sr.^a Presidente gostaria de ouvir pelos esforços, referiu que, de facto há uma coisa que ainda não ouviu elogiar e tem que ser elogiado, nomeadamente, a integração do Município de Cantanhede no Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego. Recordou que, na última Assembleia, tinham sido informados da injustiça perante o Concelho, por não ter sido incluído numa zona que podia ter acesso a incentivos, como outras zonas mais afetadas pelos últimos incêndios. Referiu que foi fruto de uma revisão de critérios geográficos, passando o Município a ser incluído, como uma das zonas centro mais afetadas o que é perfeitamente justo. Referiu que, não se sabiam os critérios que tinham sido usados na altura, quando tivemos zonas afetadas, nomeadamente, o caso da Tocha. Finalmente, referiu que aquele resultado deveu-se à insistência e persistência do Município em conjunto com a AEC, acreditando que, se não houve aquele apoio, certamente que algumas das empresas que ficavam excluídas daqueles apoios até podiam mudar do Município de Cantanhede para os Municípios vizinhos e, portanto, agradeceu a persistência e a dedicação da Sr.^a Presidente e do restante Executivo, pelo trabalho realizado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra à Sr.^a Ana Margarida Maia, a qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu-se ao Concurso para apresentação de Candidaturas - Aviso n.º Centro-M9-2018-08 - Sistema de Incentivos



ao Empreendedorismo e ao Emprego SI2E - Atrair Novo Investimento Empresarial e Emprego para os Territórios afetados pelos Incêndios. Assim, informou que a bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Cantanhede congratula-se, em primeiro lugar, pelo sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego, referidos no recente Aviso (Centro M9 – 2018 – 08 SI2E) de concurso para apresentação de candidaturas do passado dia 24 de Abril de 2018, que assim, por um lado, alarga o prazo das candidaturas as tais incentivos até ao dia 30 de Maio de 2018, e por outro lado, congratula-se mais ainda, por passar a incluir o concelho de Cantanhede. De seguida, saudou a ação do Executivo ao intervir no sentido de sensibilizar o poder central para aquela causa, pois com aquela medida do Governo, o concelho de Cantanhede foi incluído no referido sistema de incentivos, congratulando-se todos os deputados eleitos pelo PS por tal alteração, promovida pelo governo, que se apresenta de forma positiva, inclusiva e potencialmente reparadora dos danos causados pela tragédia dos incêndios.-----

----- Tomou, de seguida a palavra o Sr. João Parreiral, o qual colocou uma serie de questões que preocupam os habitantes do lugar da Ameixoeira na Freguesia de Ançã, das quais pensa que a Sr.ª Presidente tem conhecimento, através de um dossiê que já lhe terá sido entregue, Assim, referiu as péssimas condições das estradas degradadas em grande parte pelo tráfego gerado pelos camiões que têm como destino os aviários, a falta de um passeio do lado das casas que proteja as pessoas da circulação daqueles camiões, a questão do saneamento inexistente e ainda a preocupação do facto do lugar ter a capacidade para a construção de habitações esgotada, uma vez que o PDM só permite a construção de um dos lados da estrada. Assim, questionou a Câmara sobre o ponto da situação e se já existe algum desenvolvimento. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual, em relação à situação dos precários e à argumentação que a Sr.^a Presidente Helena Teodósio apresentou, referiu que de facto, no último mandato, foi um tema que foi falado em várias sessões, nas quais de facto, a bancada do PS até apresentou algumas sugestões, nomeadamente, a questão da mobilidade entre carreiras, para resolver aquelas situações. Referiu ainda que, em relação àquela situação, não esperavam outra coisa, porque não seria, no mínimo, ético abrir concurso para aquelas pessoas que já estavam há mais de uma década à espera que a sua situação fosse resolvida, e entrassem outras pessoas por concurso público. Em relação à outra instituição pública, adiantou que também o Hospital tem todo o processo concluído e aguarda autorização para abertura dos concursos.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, a qual após cumprimentar todos os presentes, relativamente à situação do fecho da Farmácia S. Cosme em S. Caetano, agradeceu em nome da Freguesia de São Caetano a preocupação que a bancada do PS manifestou com a sua intervenção. Referiu que, efetivamente todos são poucos para fazer valer os principais interesses das populações e, quando se fala da Freguesia mais pequena aquela questão ainda faz mais sentido. Referiu ainda que, também a Câmara tem estado sempre com a Junta a acompanhar aquela situação. Para terminar, falou da evolução da Farmácia S. Caetano, recordando que a Freguesia de São Caetano sempre teve um posto de medicamentos em funcionamento que evoluiu para Farmácia (S. Cosme), aumentando assim os seus custos com o pessoal. Esclareceu que um posto de medicamentos não exige um Técnico de Farmácia, exige apenas um auxiliar e, com a transformação do Posto de Medicamentos para uma farmácia, os custos foram acrescidos. Informou ainda que, o seu fecho quase que foi anunciado

pelo próprio proprietário, que reduziu o seu horário de funcionamento de 8 horas para 3 horas, sem publicitar, nem levar a cabo nenhuma ação para mobilizar a população no sentido de aumentar as suas vendas. Acrescentou ainda que, os argumentos apresentados para o seu fecho são, efetivamente, os baixos rendimentos que a Farmácia de S. Caetano regista. Informou ainda que a Junta foi informada no final de 2016, da decisão já tomada por parte do Dr. Miguel e no final de 2016, ele próprio esteve presente na Assembleia de Freguesia a comunicar o fecho da Farmácia que se veio a confirmar um ano depois, a 31 de dezembro de 2017. Informou, de seguida que, reuniram nos Paços do Município, todas as Bancadas, PSD, PS e CDU, com a presença dos Presidentes de Junta de S. Caetano e Cordinhã, porque também existe uma Farmácia em Cordinhã que, quem sabe, poderá mais tarde vir sofrer o mesmo desfecho e todos foram unânimes, que todos têm de zelar pelos interesses das populações. Referiu ainda que Cantanhede, atualmente, tem 4 farmácias e 2 Parafarmácias, encontrando-se a sua população bem servida no que toca aos serviços de Farmácia, enquanto São Caetano, Corticeiro de Cima e Vilamar, por exemplo, só têm uma Parafarmácia. -----

----- Interveio, de seguida, o Sr. Carlos Negrão, o qual recordou que, na última Assembleia Municipal, a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, deixou uma nota de indignação, por não entender por que razão o Concelho de Cantanhede, ficou excluído do Concurso Centro - M9-2018-08, relativo ao SI2E (atrair novo investimento empresarial e emprego para os territórios afetados pelos incêndios), e bem, como se veio a provar com a alteração de critérios. Informou que, na altura, não se pronunciou sobre aquela matéria e informou da posição assumida pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português na Assembleia da República, dois dias depois daquela sessão, no dia 28/02/2018, com uma pergunta que foi dirigida ao Sr. Ministro do

Planeamento e Infraestruturas do seguinte teor: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República. O Grupo Parlamentar do PCP foi contactado pela Câmara Municipal de Cantanhede que reclama de a área geográfica do seu município não ser abrangida pelo Concurso Centro - M9-2018-08 relativa ao sistema de incentivos SI2E. Tendo este concelho sido afetado pelos incêndios de 15 de outubro, a autarquia não compreende as razões desta exclusão. Posto isto, com base nos termos regimentais aplicáveis, vimos por este meio perguntar ao Governo, através do Ministério do Planeamento e Infraestruturas, o seguinte: 1 - Confirma o governo que o Concelho de Cantanhede foi excluído do concurso Centro-M9-2018-08? 2 - Quais as razões desta exclusão? 3 - Considera o governo alterar os critérios para poder incluir o concelho de Cantanhede?”-----

----- Falou ainda o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, relativamente à Farmácia S. Cosme, na qualidade de cidadão, farmacêutico e de conhecedor do processo da Farmácia, não vinculando nem a Junta de Freguesia que presida, nem a bancada do PSD. As suas declarações não ficaram registadas em ata, porquanto, após intervenção do Sr. Luis Pato insurgindo-se quanto àquela intervenção e afirmando que a mesma deveria ocorrer no final da sessão, no período aberto ao público, conforme determina o Regimento da Assembleia Municipal. O Senhor Presidente da Mesa considerou pertinente a observação, tendo recomendado ao Sr. Carlos Fernandes para, caso o pretenda, intervir no período reservado ao público, considerando a posição assumida a título meramente pessoal.

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando o seguinte: - Quanto ao incêndio da Roca na Zona Industrial, entrou em contacto com o Diretor da empresa, com o Sr. Vereador, Adérito Machado, que se encontrava ali também como Presidente dos Bombeiros e com o Eng.^o Hugo Oliveira, tendo sido



informada que a situação inicial era muito delicada e inesperada. Conforme foi informada pelos Bombeiros, aquela empresa tinha uma qualidade acima da média em termos de resposta e de apoio em caso de incêndio que ali pudesse deflagrar, solicitando que o Sr. Vereador e Presidente dos Bombeiros, Adérito Machado, desse uma explicação mais completa de seguida; - Relativamente à questão do SI2E, recordou que a Junta de Freguesia da Tocha esteve sempre presente nessa luta, assim como a AEC. Recordou que foi enviada uma carta ao Senhor Secretário de Estado, ao Senhor Ministro, a todas as bancadas da Assembleia da República e à Comunidade Intermunicipal. Informou também que, de seguida, na Comunidade Intermunicipal, os 19 Municípios votaram por unanimidade a manifestação de desagrado e de repúdio relativamente à discriminação operada para com o Município de Cantanhede e enviaram também para o Senhor Ministro. Referiu que algumas bancadas responderam, nomeadamente, a da CDU, do CDS, do B.E. e do PSD, o que foi muito agradável saber que iriam fazer voz daquela indignação. Informo que também foi enviado para a CCDRC, naturalmente, e recebemos da CCDR uma resposta que referia, o seguinte: *“que esta aplicação era para os Municípios afetados pelos incêndios de 2017, que constituem território de baixa densidade. Ou não o sendo, que apresentassem um número significativo de empresas e de nível de empregos afetados.”* Percebeu-se o que queriam dizer, mas Mira e Vagos estavam indicados e não se enquadravam naqueles critérios. Assim, de imediato, o Executivo voltou a fazer nova declaração de desagrado, com a justificação de que teve mais área ardida que grande parte dos Municípios que tinham sido contemplados, pelo facto de não sermos de baixa densidade, havia outros que também não eram de baixa densidade, etc.... Relativamente à indústria, nomeadamente, à SANINDUSA, falava-se inicialmente numa perda de trinta milhões, neste momento já se fala em perto de

cinquenta, podiam ter decidido que não iam recuperar a empresa e os postos de trabalho estariam postos em causa. Para além daquela empresa, existiam ainda pequenas empresas e, aquela decisão estava a inviabilizar as suas recuperações, não apenas na Tocha, mas a todo o Município que tinha sido afetado em vários lugares. Acrescentou que havia empresários que já diziam: *“então é melhor mudar a sede para Mira, porque pelo menos lá, este apoio que são de 40 a 60% a fundo perdido, podemos beneficiar”*. O Município continuou a manter e a mostrar a sua indignação e na véspera do 25 de Abril, recebeu-se a comunicação que o despacho tinha sido alterado e Cantanhede tinha sido inserido, felizmente, também no processo. Finalmente referiu que há situações a que nunca nos devemos ficar acomodados, sobretudo quando se trata de questões públicas e do interesse do Município, e ainda que, se houver solidariedade então o peso ainda é maior, pelo que saúda todos aqueles que ajudaram naquele processo; - Relativamente à questão da Ameixoeira, informou ser um processo que está a ser acompanhado pela Junta de Freguesia e pela INOVA, uma vez que a colocação do saneamento e da água naquele lugar não é fácil e gravosa financeiramente, porque a distância que vai de Ançã a Ameixoeira ainda são 3 quilómetros. Esclareceu que já houveram contactos com a Câmara de Coimbra, no sentido de ver se há possibilidade de se fazerem as ligações à semelhança do que se faz na Granja. Recordou ainda que no último mandato foi feito o alargamento da via e que seria agora importante a colocação do tapete, sobretudo na zona habitacional porque, quando chove, fica tudo enlameado e não é digno para quem lá está, pelo que o Município irá responder nesse sentido; - Relativamente à questão da Farmácia, a Lei apenas solicita que quer o Município, quer a freguesia, deem uma opinião que vá ao encontro do interesse da população. Não refere que se deve ir ao encontro dos interesses do empresário, a Lei é muito clara e fala muito da



questão da defesa dos interesses da população. Alertou para o facto do objetivo que por vezes é alargado pelo empresário que tem a Farmácia, podendo uma Farmácia, muitas vezes, ultrapassar a questão do ponto comercial de venda, fazer outras coisas, dar um apoio em termos pontuais, não são médicos, mas podem fazer as medições disto e daquilo, podem fazer um controlo de outras coisas e, sendo tudo isso um apoio que se dá a essas mesmas populações. Acrescentou que seria muito mais cómodo se o INFARMED não pedisse opinião, nem à Câmara, nem à Junta, mas se por Lei são chamados a dar opinião, ficam sempre naquela situação muito delicada de também querer dar apoio ao empresário, naturalmente. Afirmou que, o empresário por si só é alguém que sabe que corre riscos e, neste caso concreto, a pessoa em causa começou com um posto naquele local, mas então a situação era diferente. Recordou ainda que ninguém questionou o Município sobre o fecho das extensões de saúde em S. Caetano, no Corticeiro ou em Vilamar, quando uma coisa estava condicionada à outra. Acrescentou que, naturalmente, uma pessoa de S. Caetano que vai ao médico a Febres, tem a Farmácia logo ao lado, sendo lá que compram os medicamentos. Acrescentou que as pessoas de S. Caetano deveriam ter sido sensibilizadas para, como acontece em Cordinhã, irem ao médico fora da Freguesia, mas depois adquirem os seus medicamentos na sua Farmácia. Concluiu que a situação não é fácil e que deve ser analisada com mais calma, porque parece que irá continuar nos próximos tempos.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Vereador Adérito Ferreira Machado, o qual, iniciou a sua intervenção dando os parabéns à ROCA porque tem um sistema de combate a incêndios excelente, mas que, infelizmente, não impediu o incêndio na fábrica. Considerou que a empresa está bem equipada, o que ajudou imenso os Bombeiros. Recordou que fogo foi extinto por 3 cooperações Cantanhede, Mira e

Mealhada. Concordou com o Sr. Rogério Marques, quando disse que os Bombeiros de Cantanhede têm alguma dificuldade em obter um VUCI (Veículo Urbano de Combate a Incêndios), o qual é fácil de adquirir, mas é difícil de comprar, uma vez que o seu custo rende os 250.000,00€ + IVA. Referiu ainda que, pelas suas características, nomeadamente, ter extratores de fumo, ventiladores e aspiradores de líquidos e cada vez mais importante e urgente adquirir aquele equipamento. Esclareceu, de seguida que, por acaso a empresa ROCA não é uma empresa de pneus, de resinas ou de produtos químicos tendo o fogo sido extinto com água porque era fácil de apagar, difícil foi chegar ao interior da empresa devido às temperaturas elevadíssimas que se faziam sentir. Recordou que, no preciso momento, há uma quantidade de empresas na Zona Industrial, tais como um armazém de pneus que está a ser ampliado, uma empresa de resinas e várias empresas de produtos químicos e ainda uma empresa de resíduos automóveis, na qual a água é contraindicada no combate a incêndio, devendo ser usada espuma. Assim, informou que os bombeiros de Cantanhede têm grande dificuldade no combate ao fogo com espuma, pois embora tenham todos os outros equipamentos, não têm viatura de apoio. Acredita que o assunto deveria preocupar as empresas uma vez que são diretamente as interessadas neste assunto e recordou ainda que o tema tem sido recorrente nas Assembleias e nas reuniões de Direção dos Bombeiros ao longo destes anos, mas apesar de sabermos o que queremos, sabermos o preço e sabermos o que devemos comprar, o mais difícil é pagá-lo. Assim sendo, se aparecer uma candidatura a que se possam candidatar, seria ótimo, senão terão que juntar vontades para que possam adquirir aquele veículo.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----



----- Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 2 - “Alteração por adaptação do PDM e do PU da Praia da Tocha / Correção material / Para conhecimento”.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, recordou que o assunto propriamente dito já foi tratado numa das últimas Assembleias, e que agora se trata apenas de uma correção material. Assim, informou que, quando foram analisadas as referidas publicações, constatou-se que por lapso, na nova carta de ordenamento publicada, nas zonas sujeitas a regime de salvaguarda aditada ao PDM na zona plana de planta de zonamento, zonas sujeitas a regime de salvaguarda no caso do PU, não tinha sido identificada a frente urbana delimitada em articulação com a APA para efeitos da aplicação das normas que estavam em causa. Esclareceu ainda que, relativamente à alteração da adaptação do PDM e do PU, em virtude do POOC Ovar/Marinha Grande, nos termos do disposto do respetivo regulamento, aquelas linhas não apareceram nas plantas pelo que tinham que ser substituídas. Relativamente ao mesmo assunto, informou que, no dia 8 de maio, está agendada uma reunião na CCDRC, com a Câmara da Figueira e a Câmara de Mira, para se aprofundar a questão das implicações que resultaram da alteração por adaptação e na qual, já na fase inicial, haviam sido bastante críticos e apontaram para algumas soluções que não foram tidas em conta. Assim, nessa reunião, em conjunto com os outros Municípios, irão ver o que poderá ser ainda possível fazer e, com algum bom senso e com alguma atenção, tentarem ainda fazer algumas afinações, se for dada essa possibilidade, sendo certo que foram feitas outras reuniões com aqueles

Municípios para unirem esforços e tentarem conseguir alteração na reunião agora agendada.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação do domínio Público da área de terreno total de 6.925m2 dos caminhos e serventias públicas / Zona Industrial de Cantanhede”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, a qual esclareceu que, relativamente à aquisição de terrenos para as zonas industriais, que englobará na ordem dos 24 hectares, verificou-se que na medição feita pela topografia não tinham sido contabilizadas as áreas das serventias públicas. Esclareceu que não se tratam de caminhos vicinais, mas de separações de serventias públicas existentes entre aqueles terrenos, que representam 6.925,00 m2 e que necessitam da autorização da Assembleia para que sejam desafetados do domínio público.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de desafetação do domínio Público da área de terreno total de 6.925m2 dos caminhos e serventias públicas / Zona Industrial de Cantanhede”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 4 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de reconhecimento de Interesse Público Municipal da instalação agropecuária sita na Rua Nossa Senhora do Desterro, n.º 9, no lugar de Sepins / Carlos Daniel dos Santos Oliveira / Processo n.º 380/2018”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, a instalação em causa é um pouco diferente das que têm sido presentes em anteriores sessões, pois trata-se de um espaço, no lugar de



Sepins, destinado a equitação, manutenção e alojamento de equídeos. Acrescentou que tem uma zona de ensino, com vários alunos, quer do concelho e fora do concelho, sendo uma área diferente, interessante para o concelho e que está a funcionar bem.-

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 4 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de reconhecimento de Interesse Público Municipal da instalação agropecuária sita na Rua Nossa Senhora do Desterro, n.º 9, no lugar de Sepins / Carlos Daniel dos Santos Oliveira / Processo n.º 380/2018”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da Declaração de Interesse Municipal na realização da Via Ciclável / Eurovelo I / Rota Costa Atlântica”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a CCDRC solicitou uma declaração de interesse municipal emitida pelas Assembleias Municipais de Cantanhede, Mira e Figueira da Foz para a instrução do processo, para os espaços por onde irá passar aquela via ciclável. Informou de seguida ter estado presente em Santa Comba Dão, no dia 24 do corrente mês, com a Senhora Secretária de Estado do Turismo e com o Senhor Ministro da Economia, aquando da assinatura de vários protocolos para várias áreas cicláveis, nomeadamente, as ciclovias de Coimbra, Viseu, Dão e Lafões, bem como do Eurovelo. Referiu tratar-se de uma rota europeia que começa na Noruega e vem até Portugal, sendo um projeto no qual o Governo e o Turismo de Portugal querem apostar fortemente. De seguida, auxiliada por uma projeção, explicou todo o traçado daquela ciclovie que passa pelo Concelho. Informou ainda que a rede da Eurovelo é uma das várias rotas europeias destinadas à prática do cicloturismo, com diferentes tipos de percursos, liga 43 países da Europa e pertence a uma rede de ciclovias que

inclui 15 rotas de longa distancia no continente europeu. Acrescentou que se trata aqui da rota da costa atlântica, que se inicia na Noruega e vem até Portugal, passando por toda a costa do continente português, numa extensão de 1.150 quilómetros cicláveis ao longo da costa marítima, dividida em 18 secções. Esclareceu ainda que o percurso correspondente ao Município de Cantanhede é a secção 15, que vai desde a Praia da Figueira até Aveiro, passando por Cantanhede e Mira. Informou ainda que é uma zona cada vez mais apetecível pelos turistas, sendo que o turista europeu não quer pequenas ciclovias, quer ciclovias de grande extensão para poderem parar e ficar numa zona durante um tempo. Finalmente informou que o percurso que integra o Município de Cantanhede tem 12 quilómetros, inicia-se a sul de Cantanhede, nomeadamente na Freguesia da Tocha, é paralelo à nacional 335-1 e prossegue o seu percurso atravessando as matas nacionais até ao concelho de Mira. Solicitou de seguida a projeção de um filme que complementa o projeto sob o ponto de vista turístico.-----

----- Foi, de seguida dada a palavra ao Sr. Luis Pato, o qual colocou as seguintes questões: - Relativamente ao tipo de piso, como é que vão colocar saibro compactado em estradas de alcatrão, sabendo de antemão que o saibro compactado não é impeditivo de nascerem ervas e plantas invasoras que vão por acabar por destruir aquele percurso; - Sendo um projeto transfronteiriço, um projeto europeu, se houve algum estudo sobre o público alvo.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, relativamente ao piso, que foi um outro assunto discutido numa reunião tida com os líderes da bancada e relativa a outra situação, nomeadamente, à possibilidade de se fazer uma ciclovia sobre o ramal da Pampilhosa. Informou, de seguida que decorrente das reuniões tidas com as Infraestruturas de Portugal, conclui-se que a longo prazo nada será feito naquela linha.



No entanto, há mesmo uma proposta para ali ser feita uma zona ciclável que possa recuperar os edifícios ao longo daquela linha desde a Mealhada até à Figueira da Foz. Recordou também que, de acordo com essa reunião, foi logo manifestado pelos Senhores Presidentes de Junta essa preocupação relativamente à forma como seria construída, o que foi comunicado tanto para à CIM como ao IP. Nessa mesma comunicação referia-se o acordo da maioria para o projeto, com exceção da tomada de posição da CDU, mas propunha que o piso fosse em betuminoso, o que representa um acréscimo exponencial em termos financeiros. Afirmou acreditar que, eventualmente, se aquela ciclovía vier a acontecer, uma vez que ainda esta numa fase muito inicial de negociações, será colocado betuminoso nas zonas urbanas e nas zonas mais rurais e pelo meio das vinhas será colocado o saibro. Relativamente ao filme promocional projetado recordou que quem está a apostar no Eurovelo é o Turismo de Portugal, pois representa uma aposta forte em termos de captação de turistas estrangeiros para este tipo de rotas. Informou ainda que o estudo foi feito e que, em termos de turismo europeu e porque Portugal tem um bom clima que se conjuga com o património, a gastronomia e os vinhos, factos que serão potenciados ao longo dos percursos daquelas rotas. Citou de seguida uma parte de uma comunicação que o demonstra, do seguinte teor: *“na divulgação das suas características, da sua história, das suas potencialidades, das suas gentes. Pela sua ligação a vários países da Europa atravessando a Espanha, fácil é perceber o elevado interesse público que o projeto tem mesmo atendendo à sua utilização diária e correta das suas populações locais, potenciando a melhoria dos seus tempos de desporto e lazer. Sempre se dirá também que o projeto tem um relevante interesse público quanto às suas potencialidades de promoção turística e de atração de investimento. Não é despiciente afirmar que se trata de um instrumento de coesão territorial já que permite*

unir pontos de região abrangidas nomeadamente de outras pistas cicláveis no Município de Cantanhede e outras possibilitando uma visão integradora aos seus utentes e utilizadores.” Assim, verifica-se que aquele projeto apresentado pela CIM – Região de Coimbra é algo de interessante e importante para a região. Relativamente ao piso, dizem que é o que tem sido utilizado e que tem sido muito bom, mas como o protocolo foi assinado com a CIM, tem que se aceitar. Informou ainda que, apesar das Infraestruturas de Portugal atrasarem o protocolo para a futura ciclovia, mostraram-se disponíveis para negociar alguns edifícios. Recordou que a Estação em Cantanhede, tem um protocolo ou uma renda com o Orfeão Vox Caeli, que está a recuperar muito bem o edifício. Informou ainda que há intenções por parte de outras Associações, por exemplo para casa do Chefe da Estação, entre outras edificações ao longo do resto do percurso. Finalmente, indicou ainda com a Junta de Freguesia de Arazede tem a intenção de adaptar a Estação à sede da Junta de Freguesia que fica mesmo no centro da Freguesia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da Declaração de Interesse Municipal na realização da Via Ciclável / Eurovelo I / Rota Costa Atlântica”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 6 – “Eleição de um representante das Juntas de Freguesia / Uniões de Freguesia do Concelho na Comissão Municipal de Proteção Civil”**.

----- Solicitadas propostas para a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia/União de Freguesias do Concelho, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, a bancada do PSD propôs a Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Aidil de Sá Camarneiro Fernandes Machado, lista esta



identificada com a letra “A”. A bancada do PS propôs o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, Pedro Carrana, lista esta identificada com a letra “B”.-----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- Lista A:-----

----- 22 Votos a favor; -----

----- Lista B:-----

----- 8 Votos a favor. -----

----- Realizada a respetiva votação, por escrutínio secreto, foi eleita a Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Aidil de Sá Camarneiro Fernandes Machado, para o cargo a que havia sido proposta.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 7 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licença Especial de Ruído e Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos / Desfile de Carnaval na Sanguinheira”.**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se do habitual desfile de Carnaval da Sanguinheira, ao qual teve o privilégio de assistir e que as taxas a isentar são 36,62 €. Informou ainda que que, relativamente ao Ponto 8, se trata da 21.ª Concentração e Passeio de Minis realizada na Freguesia de Ançã, sendo a isenção de taxas no valor de 17,48 € e que, relativamente ao Ponto 9, a isenção de taxas à União de Freguesias de Covões e Camarneira no valor de 249,91 € é relativa à licença de utilização da Biblioteca.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 7 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licença Especial de Ruído e Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos / Desfile de**

Carnaval na Sanguinheira”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 8 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / 21.ª Concentração e Passeio de Minis”.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o Ponto 8 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / 21.ª Concentração e Passeio de Minis”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 9 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Pedido de Utilização e emissão do respetivo Alvará / Processo n.º 934/2016 / Rua do Cemitério no lugar de Covões”.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o Ponto 09 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Pedido de Utilização e emissão do respetivo Alvará / Processo n.º 934/2016 / Rua do Cemitério no lugar de Covões”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida ao Ponto 10 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Cedência e Utilização da estrutura de Apoio ao Parque de Merendas do Montinho, a celebrar entre o Município de Cantanhede, a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça e a Associação Cultural e Recreativa do Montinho”.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual informou tratar-se da minuta do protocolo a celebrar com a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça e

Associação Cultural e Recreativa do Montinho, tendo em vista a cedência e utilização da estrutura de apoio ao Parque de Merendas do Montinho. Acrescentou que apenas necessita da autorização da Assembleia por ter como um dos intervenientes a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça. Acrescentou que aquele espaço é um espaço privilegiado, magnífico, pretendendo-se que aquele equipamento possa ser potenciado e rentabilizado de maneira a criar sinergias para a dinamização do espaço envolvente e para a própria manutenção do mesmo. Finalmente informou que é um protocolo, tripartido, entre o Município, a Junta de Freguesia e a Associação, cuja distribuição das competências foi previamente acordada entre as partes, sendo certo que a Associação terá agora mais algumas possibilidades para ver se consegue rentabilizar aquele espaço.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 10 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Protocolo de Cedência e Utilização da estrutura de Apoio ao Parque de Merendas do Montinho, a celebrar entre o Município de Cantanhede, a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça e a Associação Cultural e Recreativa do Montinho”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 11 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia da Tocha para a exploração, gestão, dinamização e divulgação do Bar Concerto na Praia da Tocha”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual informou tratar-se de um Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município e a Freguesia da Tocha tendo em vista

a exploração e a dinamização do Bar Concerto da Praia da Tocha. Recordou que têm havido várias concessões que não têm tido resultado por diversas razões, pelo que se espera que através daquela modalidade e da intervenção da Junta de Freguesia da Tocha seja possível que aquele bar funcione da melhor maneira. Acrescentou que, à semelhança de outros equipamentos, como as antigas escolas do 1º CEB, é uma oportunidade para melhor o rentabilizar, estando ao serviço da comunidade, do ponto de vista cultural, desportivo, recreativo e social.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 – “Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Freguesia da Tocha para a exploração, gestão, dinamização e divulgação do Bar Concerto na Praia da Tocha”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 12 – “Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2017 e aplicação do resultado líquido do Exercício / da Relação dos bens patrimoniais do Município / do Relatório anual de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro”**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que iria apresentar, com o auxílio de uma projeção a prestação de contas do Município e do relatório de gestão que tem a ver com os cumprimentos legais do ponto de vista financeiro. Dito isso, deixou uma palavra de apreço ao Sr. Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão e ao Chefe da Divisão Financeira e de Aprovisionamento, Sérgio Fernandes, pela forma irrepreensível com que têm gerido e cumprido o orçamento, com todos os cuidados e



de acordo com o que é imposto por Lei. Informou ainda que será apresentado igualmente um pequeno filme, editado e realizado por Mário Martins, da Equipa Multidisciplinar de Inovação e Qualidade orientada por João Machado. Iniciada a projeção, esclareceu que compete ao órgão executivo a elaboração daqueles documentos, os quais são, de seguida, submetidos à Assembleia para apreciação e descreveu todos os documentos que iam sendo apresentados. Assim referiu que a Prestação de Contas é constituída pelo balanço, a apresentação de resultados, os mapas de execução orçamental anexos e o relatório de gestão. Recordou, de seguida que, quando o Município de Cantanhede está a apresentar as suas contas, estas englobam o grupo autárquico e todas as entidades que reportam para as suas contas. De forma genérica, informou que: - Ao longo de 2017 foram feitas 26 alterações ao orçamento e 3 revisões; - Na parte da receita houve uma execução de 80,37%, devido, essencialmente, a verbas que estavam candidatas e apenas foram recebidas no início de 2018; - Os princípios de equilíbrio orçamental estão cumpridos; - Atingiu-se uma poupança corrente de 6,8 milhões de euros; - O financiamento das despesas de investimento de 4.000.000,00 € desde a entrada em vigor do regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais foi sempre cumprido; - A receita cobrada situa-se nos 21,7 milhões de euros com a receita corrente e a receita de capital; - Relativamente aos impostos, no grau de execução da receita corrente ultrapassou-se os 100% do previsto; - Verifica-se a tendência de crescimento dos impostos, nomeadamente, dos impostos diretos, sobretudo do IMT, do IUC e da Derrama; - Relativamente aos bens de investimento, as vendas dos lotes na Zona Industrial atingiram quase 500.000,00 €; - O saldo de gerência foi de 854 mil euros; - Na receita liquidada e não cobrada, referiu o transporte e as refeições que muitas vezes não são liquidadas e cobradas; Na despesa paga e na despesa corrente, um aumento da

despesa corrente em mais 600.000,00€ e da despesa de capital em 1.500.000,00 €, esclarecendo que foi o descongelamento dos vencimentos que aumentaram a despesa corrente, situações de mobilidade intercarreiras, a situação dos precários e a transferência de algumas pessoas da INOVA, representando um aumento de despesas com pessoal de quase 500.000,00 €; - Houve um aumento da energia e dos combustíveis, que fez com que a despesa corrente aumentasse; - As transferências correntes, para as coletividades e para as Juntas de Freguesia foram quase um milhão de euros; - Nos bens de capital, as empreitadas, as obras com administração direta e os terrenos com mais de 4.000.000,00 €; - A comparticipação para o FAM, Fundo de Apoio Municipal e a amortização ordinária dos empréstimos está a descer substancialmente; - Ao nível da despesa e das Grandes Opções do Plano, as funções gerais são as que têm a ver com as despesas ligadas à administração geral, aos equipamentos, à sinalização e à Proteção Civil; - Houve uma candidatura para o programa VALORIZAR destinada à disponibilização redes de *wifi* de forma gratuita nos centros históricos e nos locais de maior afluência de turistas e que representa um investimento é de 81.442,00 €, cuja obra se pretende acelerar para já estar pronta na época balnear; - Está prevista outra candidatura de 15.000,00 €, dentro da nova linha que é o WIFI 4EU, para a disponibilização de *wifi* em outros locais do concelho; - A renovação da certificação do ISO 901/2015, sendo que que o Município já é certificado há 10 anos; - Ao nível das funções sociais as despesa são sempre maiores, nomeadamente, para o ensino não superior, a parte da saúde, a ação social, o ordenamento do território e os edifícios do Município; - As refeições e os transportes escolares e o componente de apoio à família, a beneficiação de Cantanhede Sul, a beneficiação dos restantes edifícios escolares, as bolsas de estudo, os cursos de educação extraescolares e o apoio aos alunos mais carenciados representam quase



1.000.000,00 €; - Os postos de enfermagem que aguardam a celebração de protocolo com a ARS; - Na ação social, o subsídio à natalidade, o apoio às famílias carenciadas e à habitação que tem a ver com edifícios da responsabilidade do Município; - No ordenamento do território, as intervenções nos espaços verdes; - Relativamente aos contratos com a INOVA, informou que na última reunião da CIM, onde esteve o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, quando estava a ser falado um protocolo intermunicipal que vai ser criado entre Mira, Montemor e Soure e que vai ser potencialmente subsidiado e apoiado, junto dos 19 Municípios, o mesmo referiu que conhecia muito bem o processo de Cantanhede e que enaltecia o trabalho que a empresa municipal tem feito ao longo dos anos e que gostaria Cantanhede estivesse naquele processo intermunicipal com os outros Municípios; - O protocolo com o Regimento de Engenharia destinado à limpeza das linhas de água que implica despesas de estadia, de manutenção, de gasóleos, entre outras; - Na cultura, as atividades realizadas pelo Município e as transferências para as entidades que fazem os seus próprios eventos; - O início do projeto de beneficiação da Casa da Cultura e da ETPC que irá em 2018 ter um avanço em termos da obra; - O fundo documental para a Biblioteca, com a aquisição de mais livros; - No desporto pequenas intervenções, mas sobretudo transferências para as coletividades, destinadas a eventos e a transferências habituais; - O projeto de rede ciclável de Cantanhede, obra que irá avançar no presente ano, já adjudicada e que terá uma duração de cerca de 1 ano; - Um apoio para obras de património religioso; - Na indústria/energia, salientou a iluminação pública com um valor extraordinário, as aquisições de terreno na zona industrial, os contratos-programa que estão a decorrer, o incentivo à empregabilidade e a ampliação da rede pública. - Os materiais de construção e as massas betuminosas, com quase 1.000.000,00 €; - manifestou grande urgência em fazer

aquisições para o parque de viaturas do Município, quer de ligeiros, autocarros ou máquinas que são antigas e algumas encontram-se avariadas; - O turismo, com as transferências para a manutenção dos postos de turismo de Ançã, Praia da Tocha e Varziela; - Ao longo dos últimos 4 anos houve uma redução do passivo, de mais de 11.000.000,00 € e amortizações durante aqueles 4 anos de 13.500.000,00 €; - Propõe-se que o resultado líquido de 2017, no valor de 2.735.089,27 €, se destine 5% ao reforço das reservas legais de acordo com a Lei, ou seja 136.754,46 € e para o reforço das reservas livres pelo valor de 2.598.334,81 €; - Ao nível do endividamento, contemplando as entidades participadas, nomeadamente, a ANMP, a AIRC, a ANMP de Vinho, a CIM-Região de Coimbra, a WRC, a ABAP e o BIOCANT, o mesmo é de cerca de 6.400.000,00 €; - A dívida total, de acordo com a fórmula imposta por Lei, tem de ser menor ou igual a 1,5 vezes a média da receita cobrada no último triénio, portanto, estando largamente a ser cumprida, tendo ficado ainda com uma margem para mais de 7.000.000,00 € de endividamento; - O prazo médio de pagamento é de 24 dias, que ao nível nacional é um excelente prazo. De seguida prestou algumas informações que decorrem da Lei dos Compromissos em atraso, as quais têm de ser presentes à Assembleia: - Em 31 de dezembro 2017, o Município de Cantanhede não tinha qualquer valor de pagamento em atraso, tendo todas as dívidas a fornecedores sido cumpridas até ao final do ano; - Relativamente à declaração de recebimentos em atraso, com um valor assustador, dentro dos itens que lá estão, o que mais sobressai é o fornecimento de refeições e o prolongamento de horários nos jardins-de-infância e nas EB1. Como a situação se vem acumulando ano após ano, o Município está a estudar algumas medidas que possam ser implementadas para que aquelas situações não aconteçam. Referiu que há Municípios que, quando o pai não paga durante um mês, dois meses, cortam a refeição à criança, a qual não tem culpa da situação dos



pais, outros Municípios, a partir do momento em que isso acontece, reanalisa a situação dos pais, e caso a situação se tenha alterada, reposiciona a criança noutra escala e, quando não tem, comunica à Comissão de Proteção de Menores porque se trata de uma situação de falta de apoio. Acrescentou ainda que, de facto, quem não paga, podendo supostamente pagar, está a prejudicar o erário público e outros benefícios que poderiam advir para outras áreas mais carenciadas; - A contribuição anual para o Fundo de Apoio Municipal, que de acordo com o Orçamento de Estado para 2018. Passou de seguida a referir-se aos bens do Município que estão inventariados, informando que tem havido um trabalho bastante profundo naquela área e que dos 91218 bens inventariados, todos somam um valor líquido de 90.000.000,00 €. Passou, de seguida ao Plano de Saneamento Financeiro, também com a obrigatoriedade de ser presente à Assembleia para aferir o seu cumprimento, de forma semestral. Assim, informou que em 2017, o referido Plano definia que: - O ativo do Município deveria atingir mais de 99.000.000,00 € e atingiu mais de 198.000.000,00 €, com uma variação de quase 19.000.000,00; - Nos fundos próprios, deveria atingir mais de 68.000.000,00 € e atingiu 86.000.000,00 €; - O passivo deveria ser de 31.000.000,00 € e está com 30.282.000,00 €; - O resultado líquido deveria ser de 434.500,00 € e foi ultrapassado em mais de 2.300.000,00 €; - Tudo significando que o Município está a cumprir plenamente o Plano, superando tudo o que foi imposto aquando da sua assinatura. Finalmente, antes da apresentação do filme anunciado no início da sua apresentação, voltou a manifestar o seu apreço pela forma como o Departamento Administrativo e Financeiro e a Divisão Financeira e de Aprovisionamento cumpriram e sempre alertaram a estrutura política da evolução das contas.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

12 – “Apreciação, discussão e votação do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas do Município de Cantanhede do ano económico de 2017 e aplicação do resultado líquido do Exercício / da Relação dos bens patrimoniais do Município / do Relatório anual de Acompanhamento de Execução do Plano de Saneamento Financeiro», tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 22 votos a favor e 8 abstenções.-----

----- Após a votação, o Sr. João Parreiral apresentou uma declaração de voto subscrita pela bancada do PS do seguinte teor: *“Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município de Cantanhede relativo a 2017 - Os deputados da bancada do Partido Socialista nesta assembleia irão abster-se pela seguinte ordem de razão: Este relatório é um instrumento de gestão que em nada altera ou modifica aquelas que foram as opções políticas deste executivo propostas a esta assembleia no orçamento para 2017 e às quais votamos contra. Demonstra o grau de execução orçamental, quer da receita quer da despesa, mais baixo dos últimos 3 anos. Registamos que o exercício económico nesse período gerou um saldo corrente positivo de 6.825.250,25 euros, e se não fosse o endividamento a que a Câmara Municipal de Cantanhede chegou e que ainda está a pagar, poderia traduzir-se na redução de impostos e em maior investimento, mesmo tendo em consideração o aumento da despesa com o pessoal já previsto há algum tempo. Registamos com agrado a diminuição do passivo, o que progressivamente tem retirado a Câmara de um endividamento que era inaceitável há poucos anos. No entanto, para que esta realidade seja possível quem tem ficado prejudicado são os munícipes e as empresas.”-----*

----- Também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Carlos Fernandes, apresentou uma declaração de voto subscrita pela bancada do PSD, do seguinte teor: *“O Relatório de Gestão é um documento essencialmente contabilístico, que plasma*



os objetivos políticos e programáticos previamente submetidos no Orçamento e Grandes Opções do Plano. Tendo a bancada do PSD votado favoravelmente os objetivos políticos da Câmara para 2017, numa linha de coerência, não pode deixar de votar também favoravelmente o Relatório de Gestão agora submetido, destacando os seguintes aspetos: 1 - Grande melhoria de diversos indicadores económicos, com enfoque na redução da dívida de médio e longo prazo em cerca de 3,5 milhões de euros (decrécimo superior a 24,5% relativamente ao exercício anterior), descida da dívida de curto prazo em mais de 530 mil euros (decrécimo superior a 11,3%) e diminuição do passivo em mais de 4,8 milhões de euros. 2 - Tais resultados demonstram uma grande capacidade de liderança, uma organização meticulosa e um funcionamento bem oleado dos serviços, capazes de implementar o rigor necessário à consolidação financeira, sem que isso se tenha tido grandes repercussões ao nível do investimento. 3 - Este rigor na gestão é tanto mais importante quando surge em contraciclo com as tendências nacionais, porquanto se verifica que 2017 foi ano de eleições autárquicas, o que tendencialmente leva a uma gestão orçamental eleitoralista no universo municipal e a um aumento das despesas de capital e com pessoal, conforme atestam diversos estudos e os dados da Direcção-Geral do Orçamento e da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público. 4 - Mantendo a política sustentada de investimento, a Câmara realizou o grosso das tarefas e das obras previstas, conforme atestam as taxas de execução da despesa e da receita, bem como a taxa de execução das Grandes Opções do Plano (GOP's), todas superiores a 80%. 5 - Grande significado tem também a poupança corrente, cujo valor se cifra em mais de 6,8 milhões de euros (variação positiva de 5,59% em relação a 2016) – note-se que esta variação confirma mais e melhor eficiência na gestão e no controlo da despesa, garantindo o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental

– regra de ouro das finanças públicas –, previsto no ponto 3.1.1 do POCAL, o orçamento deve prever as receitas para cobrir as despesas e as receitas correntes deverão ser, pelo menos, iguais ou superiores às despesas correntes, permitindo alocar o excedente corrente aos investimentos municipais. 6 - Ainda ao nível da despesa e do relacionamento com terceiros é de destacar o facto de a Câmara municipal ter procedido, mais uma vez, ao pagamento da totalidade das faturas recebidas até 31 de dezembro de 2017 e de o prazo médio de pagamento a fornecedores ter diminuído para apenas 24 dias, menos 4 que em 2016. 7 - Em conclusão, o exercício termina com um resultado líquido superior a 2,7 milhões de euros e com um saldo de gerência transitado para 2018, superior a 303 mil euros, reveladores do cumprimento do rumo previamente definido para o desenvolvimento estruturado do Município de Cantanhede, alicerçado na capacidade de garantir simultaneamente a sustentabilidade económica da Câmara, a valorização das comunidades locais e a expansão da rede de infraestruturas e equipamentos.”-----

----- Antes de passar ao ponto seguinte, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, acerca do Relatório apresentado pela Sr.^a Presidente da Câmara, referiu-se a uma informação divulgada num jornal nacional, que faz uma retrospectiva em relação à administração pública e à diminuição do número de funcionários públicos, sendo que em termos de Ministérios, entre 2011 e 2017, o que perdeu mais pessoal foi o Ministério da Educação com menos 18.827 pessoas, depois a Administração Local com 12.290 pessoas e o Ministério da Defesa com quase menos 8.000 pessoas. Referiu, de seguida que, desde 2013 no Município o número de funcionários mais ou menos estabilizou, mas irá aumentar como disse a Sr.^a Presidente da Câmara. Também relativamente à questão da dívida pública, do saneamento, das contas e das Administrações sejam locais ou do Governo Central, informou que há dois dias atrás,



no Parlamento, o Ministro das Finanças, Mário Centeno, afirmou que há menos deficit, mas que tem que se continuar a fazer um esforço para que esse deficit possa diminuir ainda mais, e, esse esforço tem muito a ver com o imprevisto no que toca à parte dos juros. Acrescentou que, se no momento a conjuntura económica é favorável em termos europeus, com a compra da dívida por parte do Banco Central Europeu e nada aponta ou parece apontar que, num futuro mais ou menos próximo, as taxas de Euribor voltem novamente a subir, pelo que, a forma orçamental que supostamente Portugal tem, pelos juros da dívida serem mais baixo, nesta conjuntura económica positiva, poderá daqui a meia dúzia de meses ou um ano, eventualmente, ser diferente. Explicou que por isso, o Ministro Mário Centeno continua com a aposta de fazer a diminuição do deficit, contrariamente à posição da CDU, do B.E. e do PCP, apoiantes do Governo que neste momento está em funções que pretendiam utilizar essa folga orçamental para, eventualmente, aumentar os serviços públicos e, nomeadamente, também aumentar os salários dos funcionários públicos. Referiu que se trata de política e da forma e perspetiva de como se veem as coisas, mas afirmou não ter dúvida, em sua opinião pessoal e que têm de ter as contas em dia para, eventualmente, no futuro, ter a possibilidade de poder fazer o que todos querem, aumentar os salários, aumentar o poder de compra de todos e diminuir a carga fiscal, para todos os portugueses.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 13 – “Apreciação, discussão e votação do I Relatório Semestral de Saneamento Financeiro do ano de 2018 do Município de Cantanhede”.**-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 – “Apreciação, discussão e votação do I Relatório Semestral de Saneamento**

Financeiro do ano de 2018 do Município de Cantanhede”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta da nomeação da Empresa Auren Auditores & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. como auditora externa, responsável pela certificação legal das contas do Município de Cantanhede, no período compreendido entre 1 de maio de 2018 e 30 de abril de 2022”.**-----

----- Voltou a intervir a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, o auditor externo responsável pela certificação das contas é nomeado por deliberação do órgão deliberativo sob proposta do órgão executivo. Assim, informou que apesar de não o ter de fazer, o Executivo entendeu fazer, mais uma vez, um concurso público para uma Prestação de Serviços de Prestações de Contas num período de 48 meses, de 1 de maio de 2018 a 30 de abril de 2022. Informou ainda que, aquele procedimento foi adjudicado à Empresa Auren Auditores & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A, pelo valor global de 16.545,60 € acrescido de IVA.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta da nomeação da Empresa Auren Auditores & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. como auditora externa, responsável pela certificação legal das contas do Município de Cantanhede, no período compreendido entre 1 de maio de 2018 e 30 de abril de 2022”,** tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 15 – “Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal em sua sessão de 18/12/2017 / Fevereiro e março 2018 /**



Para conhecimento”.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, voltou a dar a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que nos meses de fevereiro e março, foram assumidos os seguintes compromissos plurianuais: - Licenciamento e manutenção de software pelo período de 3 anos por 51.143,00 €; - Prestação de serviços de saúde no trabalho do Município à Empresa AMBIGLOBAL por 12.587,00 €; - Ajuste direto para a subscrição de licenças de software pelo período de 3 anos por 16.927,00 €; - Concurso público para fornecimento de gás natural para as Piscinas e para o Centro Escolar, adjudicado à EDP por 151.414,73 €; - Fornecimento de continuado de massas betuminosas a frio por 39.642,00 €; - Celebração de 14 acordos de execução de delegação de competências nas Freguesias e Uniões de Freguesia por 737.428,00 €; - Acordos de parceria com a ARS do Centro e 6 Freguesias das Uniões de Freguesia para postos de atendimento de cuidados de enfermagem por 94.973,76 €, até 2021; - Um contrato de emprego Inserção+ celebrado entre o Município e uma desempregada subsidiada para a limpeza dos edifícios municipais pelo valor de 6.344,07 €.

----- A Assembleia tomou conhecimento.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 16 – “Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2018”.**-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que, as revisões orçamentais acontecem quando há necessidade de criar rubricas novas ou de fazer alterações para outro ano. Informou de seguida que, no caso, foi necessário criar uma rubrica relativa ao FAM, por causa da situação que deslizou da Escola Básica Marquês de Marialva, cuja obra estava prevista terminar no presente

ano e que necessita ser prolongada para 2019. Recordou, de seguida que foi celebrado o contrato de empreitada em 19 de dezembro de 2017, a 28 de dezembro o processo foi enviado para o Tribunal de Contas, a 18 de janeiro, o Tribunal de Contas devolveu o processo solicitando alguns esclarecimentos e que a Câmara solicitasse alguns documentos em falta à DGEST, em 19 de janeiro foi feito o pedido à DGEST e só no dia 21 de março houve envio de documentação por parte da DGEST, no dia 4 de abril o processo foi novamente remetido para o Tribunal de Contas, no dia 18 de abril, nova devolução do Tribunal de Contas a solicitar documentação da DGEST, em 19 de abril envio de novo pedido à DGEST, a qual foi entregue em 24 de abril continuando incompleta. Informou ainda que todos aqueles atrasos fazem com que a obra vá deslizando constantemente, provocando alterações ao orçamento da própria Câmara, a qual está constantemente a alterar os documentos que envia para o Tribunal de Contas. Finalizou informando que toda a pressão possível é feita e apelou a que, quem tiver poderes junto de quem possa apressar o processo o faça, pois todos agradecem, concretamente os alunos, porque há muito que aquela obra deveria estar acabada. Recordou, de seguida ter estado com a Vice-Presidente do Tribunal de Contas numa reunião promovida pela CIM no ISCAC, onde voltou a ser sensibilizada para aquela situação, que parece estar a surgir, também em outros Municípios, onde decorreu mais de meio ano até à aprovação do Tribunal de Contas. Recordou ainda que a obra não é da responsabilidade do Município, tendo sido a Câmara a disponibilizar-se para avançar com a obra e a pagar metade da comparticipação com os seus capitais próprios, não tendo a obrigação de o fazer. Finalmente informou que o Senhor Vice-Presidente, Pedro Cardoso, responsável pelo pelouro, tem estado frequentemente em contacto com a Sr.ª Coordenadora da DGEST para a sensibilizar sobre este assunto, mas também a própria escola a tem pressionado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Luis Pato, o qual informou que relativamente à situação apresentada, a bancada do PS está solidária, não só com a Câmara Municipal, mas fundamentalmente com a Escola visada, sendo certo que encetaram contactos com os Deputados democraticamente eleitos na Assembleia da Republica de modo a que se possa resolver aquela situação insustentável.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 16 – “Apreciação, discussão e votação da 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2018”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 18h20 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:



----- O Primeiro Secretário:



----- A Segunda Secretária:

